

L • E • T • R • A • S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 3 janeiro de 1993

Rômulo Andrade



Nota da editoria

DF-LETRAS, neste seu terceiro número, vem definindo melhor suas seções editoriais, com espaços para cartas dos leitores, para a galeria de apresentação dos ilustradores, e para a resenha dos livros que chegam à redação.

Neste terceiro mês de existência temos compiladas cerca de 1.500 assinaturas individuais em todo o país, além das distribuições institucionais, cobrindo todas as escolas públicas do DF, todas as representações diplomáticas de Brasília, alguns setores da administração federal, além de diversas instituições culturais e educacionais do estado de Goiás.

Encontra-se também designado o Conselho Editorial interno de DF-LETRAS, composto por assessores da Câmara Legislativa, o qual nos próximos meses estabelecerá a estra-

tégia editorial da publicação.

Mais uma vez agradecemos a nossos colaboradores pela cessão gratuita de textos e ilustrações.

ATO DO PRESIDENTE Nº 1.222, DE 1.992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos da Resolução nº 086/92.

RESOLVE:

1 — DESIGNAR Comissão com a finalidade de estudar a Regulamentação do Suplemento Cultural da Câmara Legislativa do Distrito Federal, constituída dos seguintes servidores, sob a Presidência do primeiro:

PAULO BERTRAN WIRTH CHAIBUB
FERNANDO TEIXEIRA STORNI
NELSON DE SOUZA PANTOJA
SÉRVULO TADEU BROCHADO COSTA
MARIA DE SOUZA DUARTE
MARIA FÉLIX FONTELE
CLÁUDIO MAYA MONTEIRO

2 — Findos os estudos de Regulamentação os mesmos membros constituirão o Conselho de Editoração do Suplemento Cultural, que também se encarregará da organização do Arquivo Literário e do Núcleo de Pinacoteca da Câmara.

Brasília, 29 de Dezembro de 1.992

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

DF
L E T R A S

Publicação Literária Mensal da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Editor

Paulo Bertran

Projeto Gráfico

Cláudio Antônio de Deus

Secretária- Tereza Cristina A. Lima

Endereço para Correspondência e Assinaturas:

DF-LETRAS — Diário da Câmara Legislativa

Câmara Legislativa do Distrito Federal Sala F-25

SAIN — Parque Rural Norte 70.086-900 — Brasília-DF tel. (061) 347-5128 e 347-4626

Ramal 226.

A assinatura de DF-LETRAS é gratuita. Os pedidos devem ser enviados ao endereço do expediente, constando o nome do assinante, profissão e endereço completo, com OEP e telefone para contato.

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

EXPEDIENTE

Coordenador de Editoração

Nelson Pantoja

(Reg. Profissional)

916/06/01/DF/Mtb)

Editora-executiva

Maria Félix Fontenele

(Reg. Profissional

302/03/52v/GO/Mtb)

Projeto Gráfico

Cláudio Antônio de Deus

(Reg. Profissional 1943/10/59/DF)

Redação — 347-5128

347-4626 Ramal 226

• As colaborações para DF-LETRAS são solicitadas pela coordenação do Suplemento. As contribuições espontâneas podem ser apreciadas desde que não excedam 400 linhas. Não devolvemos os originais.

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Mesa Diretora e Comissão Tripartite

Mesa diretora

(biênio 93/94)

Benício Tavares

Presidente

Rose Mary Miranda

Vice-presidente

Lúcia Carvalho

Primeiro-Secretário

Peniel Pacheco

Segundo-Secretário

Cláudio Monteiro

Terceiro-Secretário

Deputados

Agnelo Queiroz

Aroldo Satake

Benício Tavares

Carlos Alberto

Cláudio Monteiro

Edimar Pireneus

Euripedes Camargo

Fernando Naves

Geraldo Magela

Gilson Araújo

Jorge Cauhy

José Edmar

José Ornellas

Lúcia Carvalho

Manoel Andrade

Maria de Lourdes Abadia

Maurílio Silva

Padre Jonas

Pedro Celso

Peniel Pacheco

Rose Mary Miranda

Salviano Guimarães

Tadeu Roriz

Wasny de Rouré

CARTAS

CARTAS

CARTAS

DF-LETRAS acusa o recebimento das seguintes cartas e agradece ao incentivo dos missivistas:

... Com tal empreendimento, a nossa capital ganha valiosa contribuição no campo da cultura, não só pelo jornal em si, como também pelas matérias divulgadas, de primeira grandeza e com rubricas e intelectuais renomados... (Academia Taguatinguense de Letras — Idelbrando David de Souza, Presidente — Taguatinga — DF.)

... A idéia de publicar um Suplemento Cultural no Planalto Central e em Brasília é luminosa. Tratando-se de assuntos da região e de assuntos de interesse universal... Faço votos que

DF-LETRAS prossiga com as características que revela nos seus primeiros números. Com contribuições importantes para a cultura e a história do Planalto Central, de Brasília e do Brasil em geral... (Prof. Carlos Francisco Moura — Rio de Janeiro, RJ.)

Saiu
Da Câmara
Do Povo da Câmara
Da Câmara Do Povo
Do DF
Das Letras
Do Verbo
Das Gerais
De Guimarães
De Élis
Da Fina Flor
Do Cerrado
DF letras
Suplemento Cultural
Do Diário da Câmara Le-

gislativa
Do DF. Saúdo!
(José Rangel, poeta, Brasília, DF)

... Essa foi, sem sombra de dúvidas, a melhor notícia, nos últimos tempos, para a literatura brasileira; uma verdadeira catapulta em termos de divulgação literária... (Marconio Macedo Diniz, Brasília-DF)

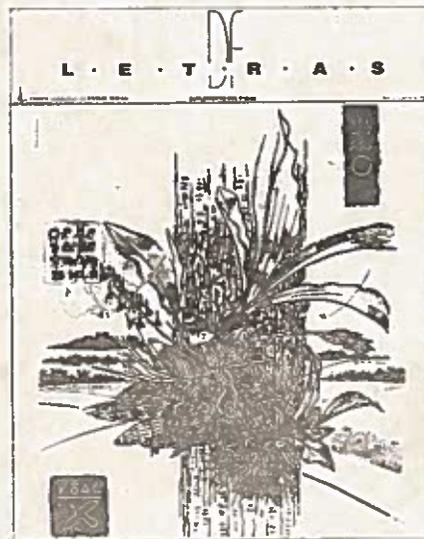
... Fazendo votos pelo sucesso do DF-Letras (ele é necessário!), acabo de ler no caderno 2 do JB — imagine! — o elogio da malandragem, do cafagestismo, "porque cheira a Brasil"! Desejo-lhes um Ano Novo — de 5 estrelas! (Cassiano Nunes — Brasília, DF)

GALERIA

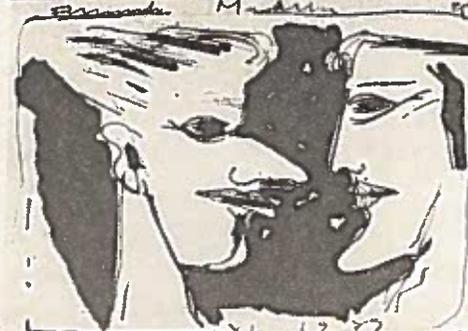
GALERIA

GALERIA

Ilustrações desta edição

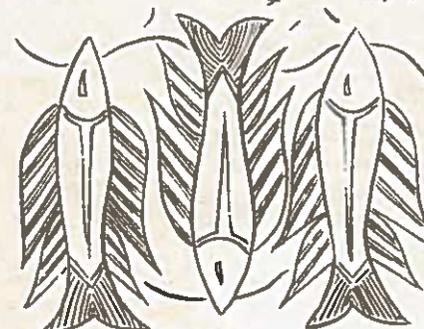


Capa: Rômulo Andrade
Contracapa: Fernando Madeira



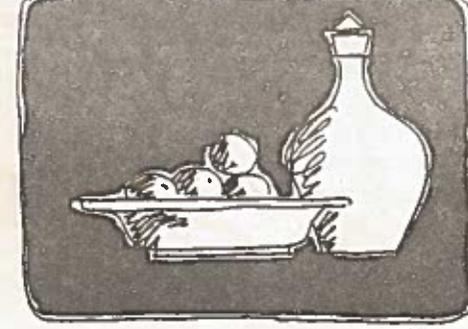
Fernando Madeira — Artista plástico e Arquiteto, Fernando Madeira prenuncia-se como uma das grandes revelações do expressionismo simbolista nos anos 90.

Endereço do Autor: Colina, Bloco "A", Aptº 22
70.910 — Campus da UnB — Brasília, DF



Rômulo Andrade — Artista plástico e ilustrador, Rômulo Andrade é um artista jovial, impressionando pela densidade, lirismo e profundidade dos temas ambientais de seus trabalhos. Rômulo reside em zona rural, próximo a Brasília.

Telefone para contato: (061) 321.24.31

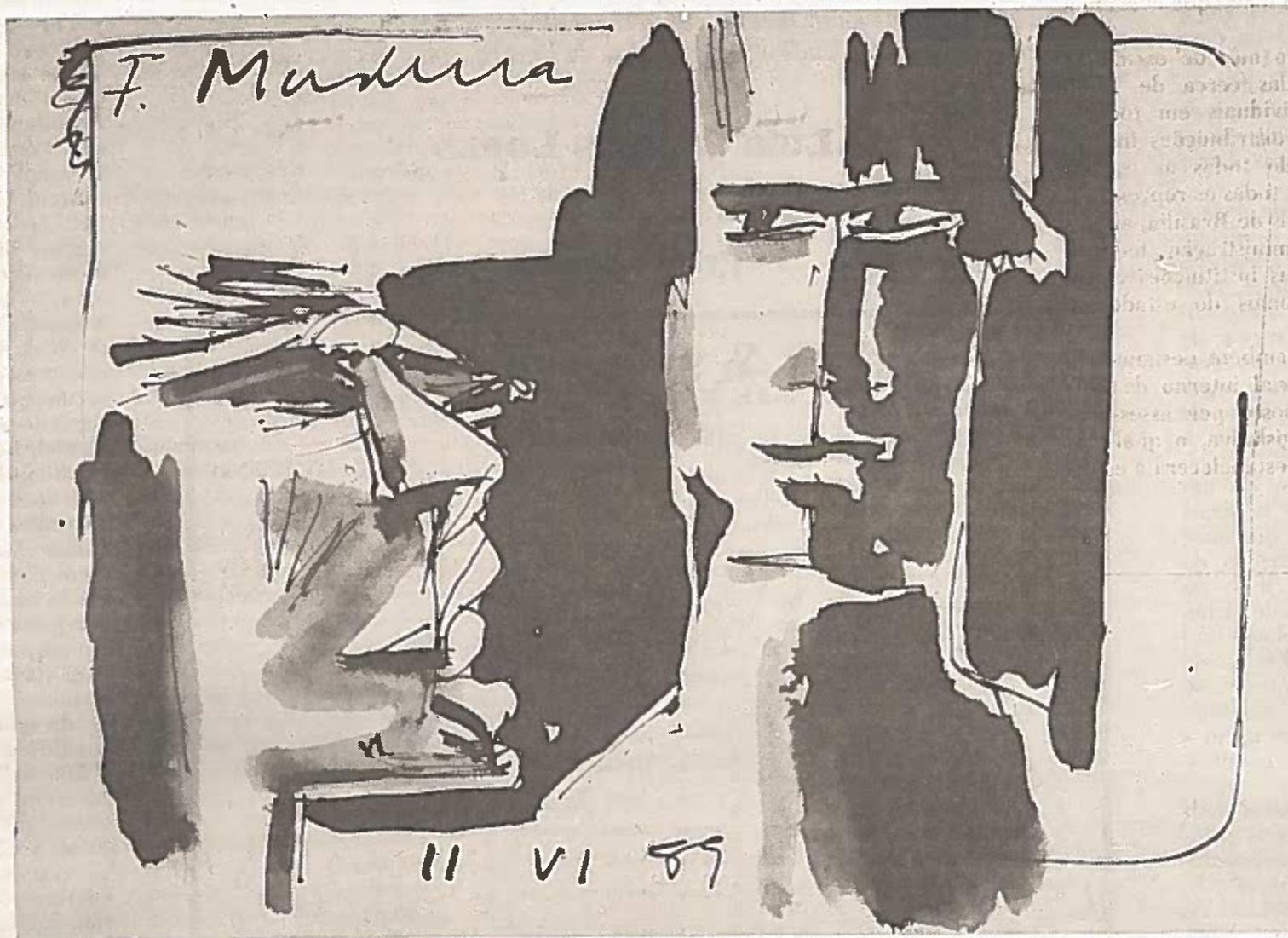


Elder Rocha Lima — Pintor, arquiteto, professor universitário, escritor, Elder Rocha Lima é autor de vasta e consagrada obra pictórica. Dedicase no momento a elaborar um trabalho sobre as cidades históricas do Brasil Central. Endereço para correspondência: SQS 302, Bloco "B", Aptº 406 — Brasília, DF.

O Velho Cruzeiro

No presente conto, Antonio Pimentel resgata fato verídico, acontecido na década de 40 nas vizinhanças do Distrito Federal.

ANTONIO PIMENTEL
Academia de Letras e Artes do Planalto



— Nós não matamos a nossa mãe, quando a pregamos na cruz!

— Nós apenas, demos fim do demônio que tava nela.

Com este desabafo, e sem perder ao longe o velho cruzeiro, onde, por diversas vezes, servira lamúrias para as suas crenças sadias, o velho Livino, a contragosto, rememorava, com uma dor no peito e com uma saudade daninha, todos os seus e todas aquelas cenas.

O Velho somente sentia raiva quando alguém mencionava aquelas passagens, porque aquilo manchava toda a sua família, empobrecera todos, houve muita prisão, muita judiação. Depois, não existiu pecado em nada daquilo. O preto velho Simão, curandeiro e feiticeiro de fama em todo o sertão da Bahia e de Goiás, não iria mandar fazer alguma coisa que fosse pecado. Ele era muito puro, muito santo, ele falava, todas as noites, com o seu guia.

Dos que participaram dos trabalhos, com a hospedeira do demônio, já existem poucos, uns morreram e outros debandaram para bem longe, numa fuga sem

fim.

— São uns covardes, dizia sempre o seu Livino.

— Num foi pecado não! Foi até bonito. Nós tava todos ao pé do cruzeiro, e ela erguida na cruz com o capeta debatendo para não sair do corpo dela.

— Você sabe, capeta não gosta de cruz!

De há muito, vinha aquela velha, mãe de 15 filhos, sentindo fraqueza em sua cabeça. Já não era mais disposta ao trabalho, ao zelo para com os filhos, com o marido. Não mais tinha prazer em prostrar com a família, ao pé do frondoso abacateiro. Vivia amuada, ora na cozinha, ora no quarto, sempre resmungando, falando palavras sem sentido, tendo prazer nas malvezas dos outros. Diziam muitos, que tudo aquilo era produto de resguardo mau curado. Que nada! A mãe dela teve bem mais filhos e morreu — sadia, arrumou até a casa no dia da morte. Aquilo era obra de espírito mau, do romãozinho.

— Remédio de loja nada valeu e nem podia servir. Pois somente reza forte ou despacho

é que espanta espírito mau!

Ninguém, em toda a redondeza, tinha na lembrança de como o velho Simão aportou por estas bandas. Se foi fuga ou determinação de seu protetor espiritual. Sabiam, apenas, que às sextas-feiras de cada mês o Velho não trabalhava, eram todos eles dedicados aos seus serviços, às suas orações.

— Vinha gente de muito longe para falar com ele, para receber sua benção. A minha vontade era ser igual ao Velho! Para poder fazer o bem ao povo.

Divagando um pouco, mas sem apartar das vistas o velho cruzeiro, seu Livino gabava da beleza que era o recanto — onde morava o velho Simão. Da beleza de seu pomar, de suas laranjeiras, jabuticabeiras de folhas largas, das mangueiras. Tudo limpinho. Varrido até. Mas hoje desprezado, abandonado. Nem boi brabo gosta daquele lugar.

— O povo não presta não, meu filho!

— Por onde andaré ele hoje?

O seu Livino só perdia a tranquilidade, nestes momen-

tos, quando sua única filha grunhia lá dentro, batendo com uma velha mão de pilão em tudo que estivesse em sua frente e ao seu redor. Do mesmo modo que a sua avó. Só que ela nunca teve filhos. Seria falta de homem? Não! Isto é arrumação de espírito mau.

— Por onde andaré o velho Simão?

Aquela situação de penúria e de aflição já incomodava, por demais, o seu Livino. Seus amigos já não mais vinham com frequência em sua casa. Tinham medo que alguma desgraça pudesse acontecer com eles. A sua vontade maior era de conseguir companheiros para ajudá-lo na pregação da filha no cruzeiro, pois somente assim, daria fim no demônio que voltara a atentar a sua casa. Mas ninguém concordava com este tipo de empreitada. Tinham medo de novas prisões, novas judiações. Nem pagando, com dias de serviços, eles topavam em auxiliá-lo nesta tarefa.

— Ah, meus quarenta anos! Com esta idade, eu mesmo fazia o serviço sozinho. Não precisava de covarde nenhum. Eles é

porque não sabem o que é ter o demônio em casa!

— Infeliz, praga do inferno, grunha a filha do seu Livino, você me deu remédio brabo para eu dormir, para poder me amarrar e pregar nesta cruz. Eu não sou sua mãe, seu demônio, seu escomungado.

Depois de bem pregada, iniciava seu Livino, a seu modo, o ritual de forma idêntica a usada em sua mãe pelo velho Simão. Com a mão de pilão, já afeita aos estragos da casa, aplicava porretadas em toda as partes do corpo da filha, de forma violenta, não dando margem nenhuma a que o espírito mau pudesse permanecer em seu lar.

Quando tudo voltara à calma, quando do último suspiro de sua filha ou da fuga do demônio, seu Livino, com a alma contrita e com algum sorriso nos lábios, dizia:

— Foi só pra tirar o capeta de você filha. Num é pecado não!

*ANTÔNIO PIMENTEL é advogado e escritor, consultor do Governo do Distrito Federal e acadêmico. Endereço para correspondência: SOS 403, Bloco G, Aptº 202 70237 — Brasília — DF.

Brasília foi concebida para ser uma cidade ideal e moderna. Foi pensada "não apenas como urbs, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital". Ela deveria ser "monumental", "no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que significa". Uma "capital aérea e rodoviária; uma cidade parque". (1) Uma nova sede político-administrativa, idealizada para um país cheio de contradições e problemas sociais. Lúcio Costa propôs:

"Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país". (2)

Brasília foi fruto de um projeto que, ao se realizar, defrontou-se, como qualquer teoria, com a mediação da realidade. Existem duas faces da mesma cidade. Uma no domínio da ideologia; outra, como peça real de nossa história. A primeira insere-se na nossa cultura e nas ligações da mesma com a europeia. A segunda é genuinamente brasileira.

A busca do moderno tem sido uma preocupação constante nas nossas manifestações políticas, artísticas e literárias. Desde a década de 1920, a bandeira modernista vem sendo empunhada pelos mais diferentes segmentos de nossa intelligentsia. A literatura e as artes plásticas expostas na Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em fevereiro de 1922, serviram como divisor de águas. (3) O modernismo arquitetônico bebeu na mesma fonte de escritores, músicos, escultores e pintores que produziram obras de vanguarda. (4)

O urbanista Augusto Guimarães Filho, principal colaborador de Lúcio Costa na implementação do Projeto Brasília, afirmou, sugestivamente, em entrevista dada ao ArPDF:

"Nós, nós sempre, fui... eu nasci moderno. Eu nasci, não sei por que, não sei por que, não parece ser verdade, mas eu nasci moderno e tinha uma avidez muito grande de informação. Somos poucos, somos raros. Então... por ser pouco, sermos raros a gente procurava..." (5)

Existem dois pressupostos básicos no movimento modernista brasileiro: amanu-

Projeto Brasília:

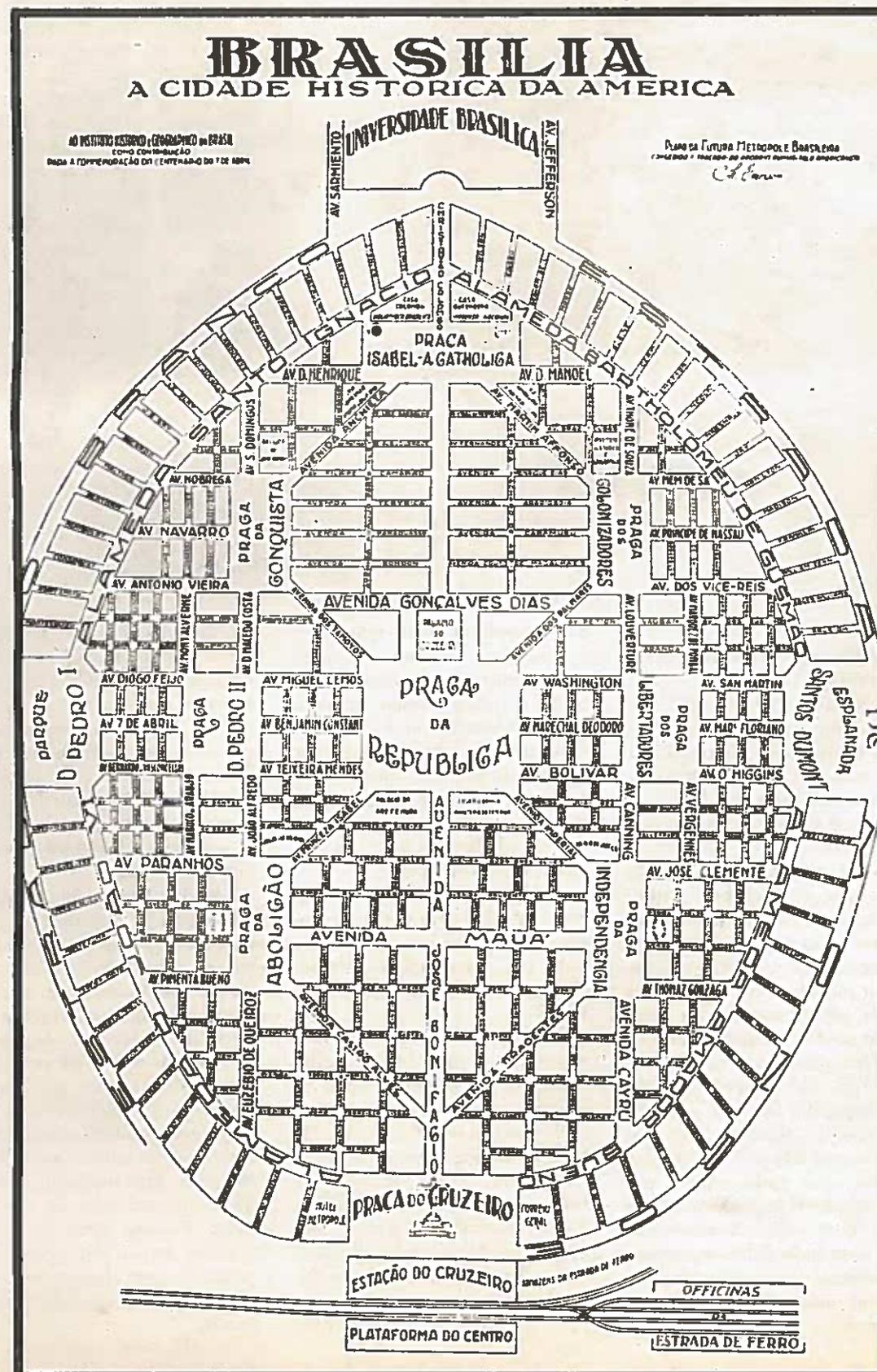
Modernidade e História

"Com o título em epígrafe, o Prof. Luís Carlos Lopes acaba de defender sua tese de Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, com nota máxima. Embora ainda inédita, sua obra estabelece um marco, uma esquina irretornável na construção historiográfica de Brasília, como depreende-se do presente artigo"

LUÍS CARLOS LOPES

Universidade de Brasília

I - Preliminares



Plano Elaborado pelo americanista brasileiro Theodoro Figueira de Almeida, em 1930.
Plan Elaborated by the Brazilian Americanist, in 1930.

tenção da fidelidade às nossas raízes culturais e a busca da universalização de nossa produção. De um lado, a rejeição relativa de uma estética colonizada e a afirmação de uma "paixão inteligente pelo Brasil". (6) De outro, a proposição de novas sintonias com o que se fazia pelo mundo afora.

Um problema enfrentado por este movimento foi o "hiato ainda maior entre as bases materiais da nação Brasil e as manifestações culturais modernistas". (7) Mas, no amplo leque modernista, existem diferenças substantivas. Aproximações e afastamentos dignos de nota, tal como Alfredo Bosi chama à atenção no seu estudo sobre a dimensão literária do tema. (8) Não seria exagero dizer que o modernismo foi, neste século, o mais importante signo de nossa produção intelectual. Foi reproduzido, refundido, atualizado e revisto em épocas distintas e por correntes de pensamento variadas. Manteve-se, todavia, como elemento de instigação intelectual. Algumas vezes, o movimento modernista serviu para esclarecer e, em outras, para ocultar os fundamentos materiais da realidade da qual fazia parte, enquanto ideologia.

Marshall Berman (9) discutiu os problemas decorrentes da modernidade em escala universal. Ele chamou as grandes obras e outros empreendimentos, que uniram o público e o privado no mundo do século XX, de "modelo fáustico de desenvolvimento". Alertou para o fato de que, nos países pobres, "planos sistemáticos para um rápido desenvolvimento significam em geral a sistemática repressão das massas". (10) Deu como um dos seus exemplos os mirabolantes projetos stalinistas e a influência dos mesmos em países capitalistas do Terceiro Mundo onde "milhões de pessoas têm sido vitimadas por desastrosas políticas de desenvolvimento concebidas em compasso megalomaniaco". (11) Esqueceu de acentuar que muitos destes projetos tiveram o financiamento, a ajuda técnica e o apoio político de países capitalistas do chamado Primeiro Mundo.

As idéias de Berman foram relativizadas por Perry Anderson. Existiram e existem várias práticas estéticas arbitrariamente enquadráveis na noção de modernismo:

"a mais vazia de todas as categorias culturais. Ao contrário dos termos gótico, renascentista, barroco, mane-

rista, romântico ou neoclássico, ele o modernismo não designa nenhum objeto passível de descrição por si mesmo; carece completamente de qualquer conteúdo positivo.”(12)

Em que pese o tom um tanto ou quanto ortodoxo de Anderson, as suas críticas à proposta de Berman têm elementos que devem ser considerados com seriedade. Pensamos que o ponto mais fraco do teórico do modelo fáustico é o de desprezar a historicidade das ideologias. A leitura ou aplicação de uma mesma ideologia em situações históricas diferentes pode provocar resultados paradoxais. A história do Brasil é repleta de exemplos de reinterpretções de ideologias importadas, com resultados por vezes opostos às propostas originais.

A combinação brasileira do “moderno material com o autoritário do mando e desmando” foi observada por Octavio Ianni (13), numa abordagem que lembra à de Berman, mas com diferenças de conotação bastante significativas:

“A construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil Moderno, representa o coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova, feita sob medida, lançada em traços audaciosos, nas proporções do século XXI; e povoada pela mesma humanidade que se pretendia esquecer, ou evorczizar.”(14)

A obra de Francisco Foot Hardman (15) ao examinar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, defrontou-se com o dilema da proposta de modernidade no Brasil. Indicando a contradição aparente entre o progresso tecnológico e a manutenção da barbárie da organização social, Hardman teve como uma de suas fontes de inspiração o livro de Berman, considerado por ele como um “belo e exuberante ensaio”.(16)

Os sujeitos de uma história caracterizada por opressões, exclusões e discriminações sociais e raciais sistemáticas não são bem precisados em Berman e em alguns de seus seguidores. Fica-se com a impressão de que a história se move por meio de muletas ideológicas. Os atores reais desaparecem e dão lugar a personagens fantasmagóricos, que não têm interesses materiais a defender. As idéias substituem os homens de carne e osso que as desposaram. As suas opiniões e

crenças são mais fortes do que as suas inserções na vida material. O mundo deixa de ser cognoscível, permanecendo virado de ponta-cabeça. As diversas instâncias da história não são passíveis de interação e de compreensão racional. Todavia, as mesmas irrompem, inúmeras vezes, corroendo os seus esquemas explicativos, criando paradoxos e apontando para a honestidade intelectual da proposta.

De ângulo similar, Silvia-no Santiago (17) e Lúcia Lippi Oliveira (18) criticaram o “otimismo edificante” do modernismo da época da construção de Brasília e o associaram à “questão nacional”, também presente “na geopolítica, no projeto Rondon, na ocupação da Amazônia, no projeto Calha-Norte”, etc. Lúcia Lippi lembrou que:

“O caminhar da modernização fáustica no Brasil produziu a coexistência de situações muito díspares: o índio e o yuppie, o analfabeto e o pós-doutor, a mais ousada tecnologia junto com o jegue e o carro de boi, a oitava economia do mundo e altas taxas de mortalidade infantil. Como pensar uma nação, uma unidade simbólica com situações tão heterogêneas?”(19)

Hoje, compreendem-se os efeitos das propostas modernizadoras que procuraram excluir a maioria de possibilidades de intervenção. Seria Brasília uma esfinge construída no meio de nosso imenso território, depositária dos nossos segredos contemporâneos? A sua construção simbolizaria um ensaio de nossa modernidade histórica?

As utopias, a política, o urbanismo e a arquitetura

A idéia de uma cidade perfeita remonta à antiguidade clássica. Platão (c.428/7-348/7 a. C.), possivelmente, foi um dos primeiros pensadores a imaginar e escrever um livro sobre uma república artificial organizadora dos desígnios históricos. Antes da filosofia grega, houve a experiência da cidade de Akhetaton (aproximadamente, 1350 a. C.) no antigo Egito. Salvo engano, a primeira a ser desenhada e planejada antes das edificações.(20)

O livro A Cidade de Deus de Santo Agostinho, escrito

na Alta Idade Média, retomava este tema. De certo modo, os desenhos do céu, do purgatório e sobretudo do inferno, feitos por Dante Alighieri (1265-1321) na Divina Comédia, postularam soluções para os problemas do homem.

Mas foi no Renascimento que a proposta de uma cidade ideal, que corrigisse os problemas das cidades e das sociedades reais, ganhou especial vigor com a Utopia (1516) de Thomas More (1478-1535) e a Cidade do Sol (1602) de Tommaso Campanella (1568-1639). A Nova Atlântida (1627) de Francis Bacon (1561-1626) perseguiu objetivos semelhantes aos de seus predecessores.(21) Nos três casos, partiu-se da realidade para a utopia e desta, para aquela. A noção de cidades ideais e o sonho utópico de organização benfazeja da vida social, a partir da idéia transformada em doutrina, marcaram, indelevelmente, o mundo ocidental. Não se tratava mais de esperar o reino de felicidade eterna depois da morte e sim de trazer o céu para a luz da vida na Terra.

O utopismo do Renascimento foi atualizado nos séculos XVIII e XIX pelo Iluminismo e pelos anarquistas, comunistas e socialistas pré-marxistas, na França e na Inglaterra. Engels (1820-1895), referindo-se a Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858), afirmou que para estes:

“O socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo. E, como a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde essa descoberta se revelará.”(22)

Hoje, podemos afirmar que o pensamento e a prática marxistas não conseguiram ser tão “científicos” e nem tão afastados das quimeras dos socialistas utópicos. Pelo contrário, o sonho de se arquitetarem sociedades perfeitas e cidades ideais permaneceu. O pensamento utópico continuou tendo influência e fazendo parte do discurso aberto e oculto dos movimentos revolucionários contemporâneos. Sua imensa influência intelectual fez com que a noção de “verdades absolutas” invadisse vários domínios do saber e que se pretendesse “melhorar” o mundo com propostas inovadoras. A “ciência” transformou-se em “doutrina universal” sem considerar o es-

paço, o tempo e o desenvolvimento histórico da humanidade.

A presença dos elementos utópicos no socialismo contemporâneo já era percebida, em 1929, por Karl Manheim (1893-1947). De acordo com o autor, “a mentalidade socialista” tinha conseguido a “redefinição da utopia em termos de realidade”, superando a hesitação liberal.(23) Todavia, “jamais aplicou o método a si mesmo e nunca refreou seu próprio desejo de ser absoluto”.(24) Manheim aplicou o método à teoria e à prática em que acreditava, como o cientista que primeiro inocula a vacina em si próprio. O seu procedimento foi raro no século XX.

As origens remotas e o desenvolvimento do pensamento arquitetônico moderno já foram exaustivamente expostos e analisados.(25) Nos limites desta pesquisa, interessa a recuperação de alguns fatos e teorias sobre o mesmo problema.

Uma das fontes do urbanismo moderno, enquanto saber estabelecido, foi a crítica dos socialistas utópicos e “científicos” à cidade originária da Revolução Industrial.(26) Outra das inspirações da modernidade urbana foi a experiência da Ringstrasse vienense da segunda metade do século passado, delimitada pela visão liberal.(27) Neste caso, a crítica à cidade tradicional não ultrapassou o paradigma burguês.

Engels foi um dos críticos mais ácidos das cidades industriais erguidas na Inglaterra do século passado.(28) A Londres que descreveu era uma cidade onde predominavam os horrores da miséria, da fome, das péssimas condições sanitárias e habitacionais. Tudo isto convivendo com a opulência urbana

trazida pela industrialização. Falou de “bairros miseráveis (...), organizados da mesma forma em quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, nas zonas piores da cidade”. Descreveu ruas “geralmente sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos e cobertas de poças de água estagnada e fétida”.(29)

A consolidação da Revolução Russa de 1917, o crescimento universal do movimento operário e, sobretudo, a nova fase da Revolução Industrial (eletricidade, petróleo e imperialismo), vivida intensamente na Europa e nos Estados Unidos, levaram à formulação do denominado “estilo internacional”(30) da arquitetura e do urbanismo. Pretendeu-se dar uma resposta teórica e traçar um plano de trabalho para o mundo. Deixava-se de se considerar as diferenças histó-

ricas. Pensava-se em soluções modelares. Seguiram-se os pressupostos da prevalência da técnica e da possível emergência de uma revolução mundial. Acreditava-se que o futuro estava do outro lado da rua e que era necessário preparar as cidades para a nova situação que se avizinhava. Os objetivos a serem perseguidos eram o de reformar os “cancros” da vida urbana e o de produzir cidades modernas, calcadas em tudo que a tecnologia pudesse oferecer.(31) Segundo Harouel:

“O urbanismo progressista obcecado pela modernidade. A cidade do século XX deve ser de seu tempo, afirmar a contemporaneidade de tudo aquilo que se traduz como avanço da técnica a indústria, o automóvel, o avião. A estética modernista à base de racionalidade e austeridade é acompanhada pelo desprezo da cidade antiga.”(32)

Um desprezo fundamentado na crítica à exclusão social representada pelas cidades desenvolvidas ou criadas pela primeira fase da Revolução Industrial (vapor e livre-concorrência). Neste sentido, o urbanismo e arquitetura progressista também se alimentaram da crítica nazi-fascista ao mundo criado pelo liberalismo. É bem verdade que a recíproca não é verdadeira. O nazismo os repudiou, perseguindo os arquitetos da Bauhaus.(33) O fascismo italiano manteve uma postura ambígua, apadrinhando, até certo ponto, o futurismo.(34) O filme Metrópolis (1926), de Fritz Lang (1890-1976), talvez seja uma das melhores expressões artísticas das ansiedades moderno-futuristas.

Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e a sua direção — Comitê Internacional para a Resolução de Problemas Arquitetônicos Contemporâneos (Cirpac) — serviram para fixar o “estilo internacional” e para difundir-lo pelo mundo afora. Tudo foi facilitado pelo concurso internacional de arquitetura para a construção do Palácio da Sociedade das Nações em Genebra, realizado em 1927. Neste evento, Le Corbusier e outros modernos destacaram-se como vencedores morais, embora formalmente derrotados. No ano seguinte, um grupo de arquitetos modernistas europeus reuniu-se em Chateau La Sarraz, na Suíça, e fundou os CIAM e o Cirpac. Estas organizações sobreviveram à II Grande Guerra e ao estabelecimento da Guerra Fria. Fizeram reuniões em inúmeros países europeus. A partir do final da década de 30 o Brasil passou a ter representantes nos CIAM. Lúcio Costa Oscar Niemeyer, dentre outros foram reconhecidos como

membros do mesmo movimento. (35)

Nos Estados Unidos, o estilo internacional teve importante espaço para se desenvolver. O país garantiu a expansão do movimento ao abrigar alguns arquitetos refugiados do nazifascismo e da guerra, dando-lhes meios de trabalho e reconhecendo seus talentos. De lá, o modernismo arquitetônico pôde ser reexportado. Os princípios estéticos da Bauhaus foram salvaguardados. (36)

Tom Wolfe criticou duramente a arquitetura moderna dos EUA, da Europa e, especialmente, a produzida ou influenciada por Walter Gropius e por Le Corbusier. (37) As suas críticas são permeadas pela clara tentativa de celebrar as grandes construtoras e imobiliárias que promovem uma arquitetura e um urbanismo puramente comerciais. Monumentos ao dinheiro! Modernos templos devotados à glória e ao poder de grandes corporações, de velhos ricos, cada vez mais endinheirados e de novos milionários escandalosos.

Um navio nas águas do mar Mediterrâneo e a cidade de Atenas foram os cenários do IV Congresso dos Ciam, realizado em 1933. O evento deveria ter ocorrido em Moscou. As autoridades soviéticas já demonstravam certas desconfianças com o modernismo arquitetônico e com outras expressões artísticas da época. O "medo do novo" já havia se instaurado no país dos Soviets. (38) A Carta de Atenas não poderia ter sido a Carta de Moscou. As conclusões do IV Congresso foram publicadas por Le Corbusier, por volta de 1941, numa versão contendo acréscimos pessoais às resoluções deste encontro internacional. Duas outras versões do mesmo documento foram publicadas em 1942. A de Corbusier prevaleceu como livro de cabeceira do estilo internacional do urbanismo e da arquitetura. A sua imensa produção o autorizou a "revelar" os cânones do movimento. (39) As idéias deste manifesto programático foram divulgadas e aceitas em escala mundial. Apesar da imensa influência no Brasil, a Carta de Atenas só foi publicada, em português, em 1989. (40)

Os princípios fundamentais da Carta eram, segundo Rebeca Scherer:

"A obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada, porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Supu-

na ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação de circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizarante". (41)

Foi pensada uma solução padronizada para o equipamento urbano de todo o mundo. Partiu-se do princípio de que as necessidades humanas eram idênticas em toda parte. Não foram consideradas as peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada região. Fez-se um plano para solucionar problemas sociais, econômicos e políticos. Difundiu-se a idéia de um urbanismo e de uma arquitetura capazes de curar as feridas urbanas do parto universal do capitalismo. Tal como Fourier, passou-se a acreditar em "falanstérios" onde se poderiam juntar "pessoas de desigualdade variada em fortunas, idades e caráter (e) em conhecimentos teóricos e práticos", que poderiam ser harmonizadas numa associação perfeita. (42) Não demorariam a surgir problemas resultantes de adaptações e adequações regionais do estilo internacional.

Em 1962, Georg Lukács (1885-1971), observando os problemas da arquitetura contemporânea, via dificuldades para que ela rompesse, por completo, com a fetichização de seu objeto. Não acreditava que a arquitetura tivesse sido capaz de produzir um novo espaço social, inclusive na União Soviética. Acreditava que o stalinismo tinha contribuído para esta limitação. De acordo com o pensador húngaro, as condições histórico-sociais existentes impossibilitaram uma mudança real. Considerava os arquitetos progressistas numa equação sem saída. Achava que eles se limitavam a produzir obras agradáveis, sem conseguirem propor soluções para problemas que escapavam à sua alçada. (43)

Em 1985, Juergen Habermas fez uma defesa apaixonada da arquitetura moderna contra os denominados "pós-modernos". Segundo o filósofo alemão, ela continuou:

"A tradição do racionalismo ocidental, e foi suficientemente forte para criar modelos, isto é, se tornar clássica e fundar uma tradição que desde o início ultrapassava fronteiras nacionais. (...)

As manifestações hoje evidentes de crise na arquitetura moderna remontam menos a uma crise dela própria e, mais, ao fato de que ela se deixou voluntariamente sobrecarregar". (44)

Habermas continua acreditando que é possível planejar racionalmente cidades e prédios. Retirando-se os seus elementos utópicos, seu esquematismo

inicial etc., a arquitetura moderna ainda é válida e pode se renovar. Os seus princípios gerais podem servir de base para novas soluções. Não há por que considerá-la superada e sem função para o mundo atual. Para ele, um dos seus méritos foi o da supressão do "pluralismo estilístico, bem como das dissociações e especializações a que a arquitetura havia se conformado", no século passado. (45)

Os adeptos do pós-modernismo são inimigos da arquitetura e urbanismo inspirados em Le Corbusier, Gropius e outros. O livro de Edward Relph — A paisagem urbana moderna — talvez seja um dos mais vigorosos manifestos antimodernistas traduzidos para a língua portuguesa. Ele resumiu a crítica que vem se desenvolvendo desde a década de 60. Os Estados Unidos adotaram o modernismo arquitetônico e deram condições de trabalho nunca antes conhecidas aos seus adeptos. Hoje, parcela expressiva de sua intelligentsia o repudia e canta loas ao pós-moderno. (46) A reação pós-moderna tem se expandido e se esforçado em demolir os pressupostos que fundamentaram o modernismo. (47)

O racionalismo das propostas da nova arquitetura nunca foi integral e politicamente revolucionário. É verdade que esta proposta estética subverteu os conceitos antigos da arquitetura. Não se pode esquecer de que o modernismo arquitetônico serviu a governos, a economias e a sociedades conservadoras. As soluções para o espaço arquitetônico das majorias foram facilmente conversíveis em adereços de projetos que, de fato, beneficiaram as minorias.

Nos Estados Unidos e em muitos países europeus, o modernismo foi domesticado e passou a produzir para os governos, para as grandes corporações e para os milionários. No Brasil, os novos arquitetos projetaram, principalmente, para o Estado. Porém, não deixaram de trabalhar para as empresas e os endinheirados. Por que, então, tanta virulência contra a nova arquitetura? Por que valorizar tanto a volta ao antigo, a propor soluções ainda mais artificiais do que as do modernismo? Seria a questão da abertura do mercado para outras correntes? Numa época de tantas demolições, de quedas de mitos e de contestação de verdades absolutas há um cenário propício para se tentar destruir uma tradição estética progressista e libertadora. Isto é mais fácil, cômodo e lucrativo do que pensar em revisar e atualizar o modernismo arquitetônico. O que se deseja de fato é trocar um fetiche por outro ainda mais alienado? As reflexões de Habermas permanecem atuais.

Anatole Kopp é outro dos raros intelectuais que continuam a fazer a defesa do modernismo. Sua atitude vai contra a maré que agita o fim da história, da razão e das ideologias. Sua proposta é a do resgate da tradição libertadora dessa corrente do pensamento arquitetônico, despida de seus problemas originais:

"É verdade que as condições históricas que em parte estiveram na origem do nascimento e desenvolvimento da arquitetura "moderna" não são as atuais, mas as abordagens, os modos de raciocinar e as técnicas dos "modernos" não esgotaram suas possibilidades e continuam sendo o núcleo racional de toda criação arquitetônica, apesar de desagradar aos partidários da cópia do passado e da subjetividade e do espontaneísmo. (...)

É nesse sentido que o "moderno" poderia existir ainda hoje — apesar dos efeitos conjugados contra ele da moda, dos meios de comunicação e da corrida ao lucro imediato — e pode tornar-se novamente uma linguagem viva, uma causa como foi durante o período entre as duas guerras e não um estilo, ao que certas pessoas o reduzem". (48)

O Brasil é o país do denominado Terceiro Mundo onde estas discussões são mais pertinentes e significativas, aqui, o modernismo arquitetônico construiu a capital e inúmeros prédios e monumentos nas grandes cidades. Os urbanistas e arquitetos modernistas tiveram especial destaque na vida do país, durante os últimos 50 anos. Desde a Era Vargas, sucessivos governos federais, estaduais e municipais patrocinaram suas obras. Inúmeros políticos incluíram em suas administrações a construção de trabalhos projetados por arquitetos desta corrente. Desenvolveu-se um "mecenato" estatal e a adoção deste estilo por setores expressivos da máquina de Estado.

Ainda hoje, o principal "cliente" da arquitetura moderna é a administração pública. Todavia, não se deve desprezar a importância dos projetos encomendados pela área privada. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer transformaram-se em cidadãos do mundo, a partir da realização de suas obras no Brasil e no exterior. As nossas condições históricas determinaram que aqui pravelesse o "estilo" sobre a "causa". A natureza do Estado brasileiro e o estatismo da modernidade arquitetônica limitaram as potencialidades da nova arquitetura. Sob o ponto de vista dos arquitetos, viveu-se uma ambiguidade entre a "causa" e o "estilo".

Yves Bruand produziu um

exaustivo levantamento histórico da arquitetura contemporânea brasileira. (49) Estudou-a desde as suas origens. Comentou o processo de desenvolvimento e a conquista da hegemonia pelo Modernismo, na década de 30.

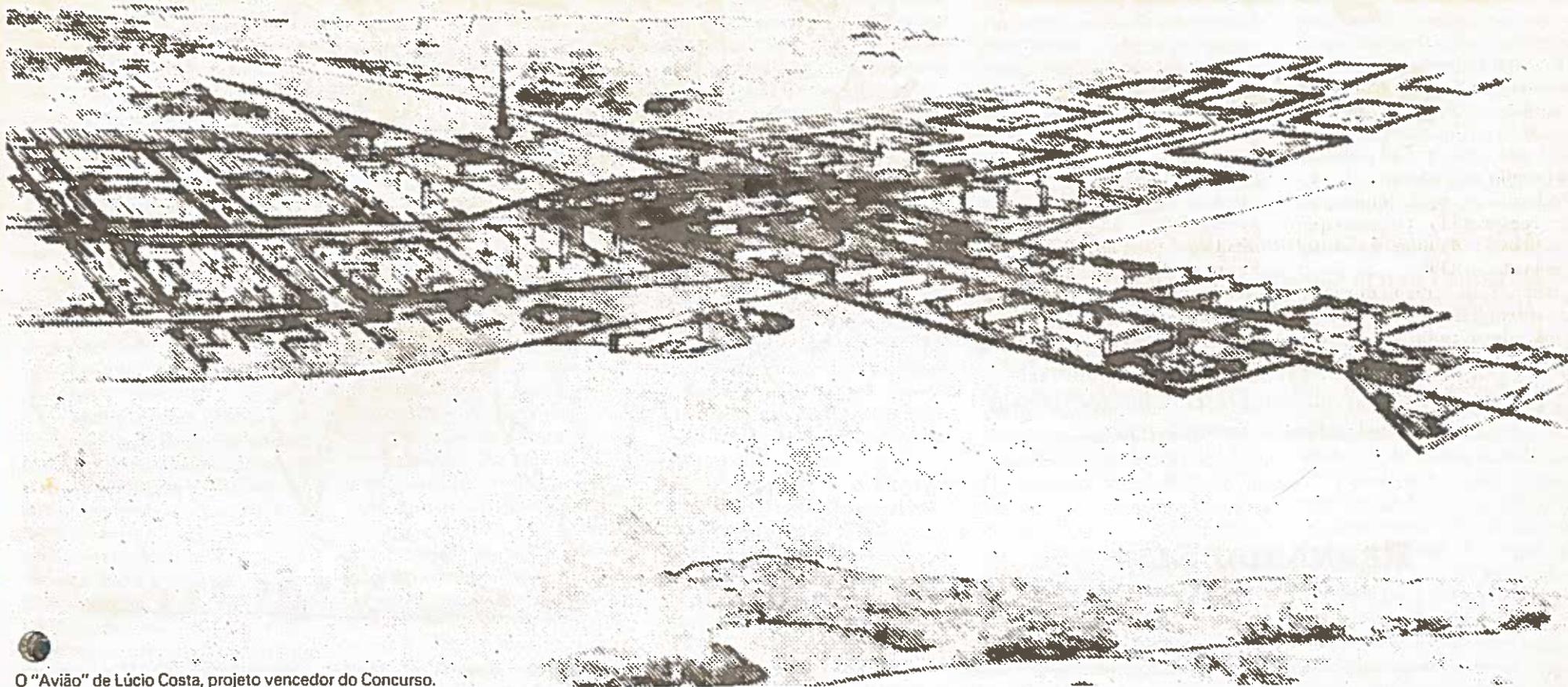
O projeto e a construção do prédio do Ministério da Educação e da Saúde, no Rio de Janeiro, foi um marco decisivo. Le Corbusier veio ao Brasil, a convite do Ministério, para assessorar o grupo de seis arquitetos encarregados por Gustavo Capanema (50) de produzirem o monumento. (51) No mesmo grupo estavam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Pela primeira vez, um órgão do Poder Executivo encomendava uma obra de grandes dimensões e custos a representantes da nova arquitetura. O projeto definitivo ficou a cargo da equipe brasileira. (52) Nesta obra, construída entre 1937 e 1943, estiveram presentes os elementos políticos, teóricos e práticos básicos que, por fixação da experiência, permaneceram, duas décadas depois, a construção de Brasília. O trabalho de equipe foi um dos componentes do sucesso do empreendimento. Nele, desenvolveram-se os laços entre Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Não é objetivo deste trabalho descer a minúcias da evolução do modernismo arquitetônico brasileiro. Isto já foi feito por Bruand (53), que também reuniu inúmeras fontes primárias e secundárias sobre o tema. Interessa recuperar dados pontuais, significativos para o Projeto Brasília. Neste sentido, é preciso lembrar o extraordinário desenvolvimento de Oscar Niemeyer (54), como arquiteto, por décadas de 40 e 50, com a execução de dezenas de projetos no Brasil e no exterior. (55) No caso específico da Pampulha (56) (1942), foi sedimentada a forte ligação pessoal com Juscelino.

O talento individual, a capacidade de produção sistemática e o trânsito internacional do arquiteto, somados às boas relações pessoais cultivadas com alguns dos "donos do poder", possibilitaram atingir a sua posição de "delfim" da arquitetura brasileira.

Niemeyer resumiu a sua evolução, a partir da experiência do prédio do Ministério da Educação:

"Aí eu comecei a trabalhar e fiquei muito amigo do Capanema. O Capanema me chamava pra tudo, pra almoçar, pra conversar, pra visitar as obras dos artistas que participaram do Ministério: Portinari; Celso Antônio, e... fiz Pampulha. Ele me levou a Belo Horizonte, me apresentou ao Juscelino. Então Pampulha foi meu primeiro trabalho... assim importante na minha modesta vida de arquitetura".



O "Avião" de Lúcio Costa, projeto vencedor do Concurso.

to. Era uma abertura, era como a contestação do ângulo reto. Era levar arquitetura como uma forma mais livre, utilizando a curva, que tanta lembrança nos dava com as igrejas de Ouro Preto, barrocas. E a arquitetura então abriu um caminho novo para a arquitetura brasileira, a Pampulha, compreendeu? E hoje se você examinar o que existe na arquitetura brasileira, o que pelo menos é conhecido lá fora, é tudo uma coisa que começou na Pampulha..."(57)

A obra de Niemeyer tem sido objeto de inúmeros textos biográficos e analíticos. (58) A sua personalidade, a filiação ao Partido Comunista, as ligações com políticos influentes e, principalmente, os seus trabalhos são, algumas vezes, alvo de críticas muitas vezes exacerbadas e inquisitoriais. No Brasil, ele é mais contestado do que no exterior. O senso comum brasileiro relaciona a arquitetura moderna e a construção de Brasília à sua pessoa. A condição de "defim" fez com que ele estivesse em evidência permanente na mídia, desde a década de 50. As suas idéias sobre a arquitetura conseguiram, apesar de muitas dificuldades, ser respeitadas, mesmo no período mais duro da ditadura militar. Está ainda para ser feita uma apreciação objetiva e racional do valor de sua arquitetura e da sua importância no Brasil e no mundo. Yves Bruand é um dos poucos que tentara o caminho da objetividade, sem esconder a sua admiração. (59)

Lúcio Costa(61), possivelmente, devido às suas características pessoais, se manteve reservado.

Os seus aparecimentos na mídia são ocasionais e o senso comum, raramente, o associa a Brasília. Todavia, a sua importância para a arquitetura moderna é inquestionável. Ele foi um dos principais mentores intelectuais deste movimento. (62) Estabeleceu os seus parâmetros e os vinculou, indelevelmente, ao denominado "estilo internacional". Muito brasileiro, mas profundamente influenciado pela cultura européia, Lúcio Costa pôde navegar, sem maiores problemas, num estilo que se propunha a alcançar a universalidade. Admirador de Le Corbusier, escolheu para si a especialidade do urbanismo, sem descuidar da produção de prédios e outros monumentos arquitetônicos. Notabilizou-se pelo planejamento urbanístico de Brasília. Talvez tenha sido o único arquiteto do mundo contemporâneo que pôde projetar a capital de seu próprio país, acompanhar a sua construção e desenvolvimento.

NOTAS

- 1 RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, 1991.
- 2 Id. ibid.
- 3 Cf. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1990. p. 341.
- 4 Ver: XAVIER, Alberto. (org.) Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração. São Paulo: Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987. Importante coletânea de textos e depoimentos de arquitetos e outros intelectuais modernistas. Os trabalhos sobre Brasília foram, proposadamente, excluídos.
- 5 GUIMARAES FILHO, Augusto. Depoimento. Rio de Janeiro, ArPDF, junho de 1989.
- 6 Ver: BOSI, Alfredo. Op. Cit.
- 7 Id. ibid. p. 344.
- 8 Id. ibid. p. 341 a 353.
- 9 BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986. A edição princeps em inglês e de 1982.
- 10 Id. ibid. p. 74.
- 11 Id. ibid. p. 76.
- 12 ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 14, p. 2 a 15, fev. 1986. O original foi publicado na New Left Review, 144, março-abril 1984.

- 13 LANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. Resgate, Campinas, v.1, p. 19 a 38.
- 14 Id. ibid. p.31.
- 15 HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- 16 Id. ibid. p. 206.
- 17 SANTIAGO, Silviano. Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 18 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. In: Lua Nova, São Paulo, n. 20, p. 41 a 68, maio 1990.
- 19 Id. ibid. p. 65.
- 20 Cf. WASSEF, Ayyam. Akhetaton, a cidade do sol. CORREIO DA UNESCO. As utopias ou a busca do impossível. Rio de Janeiro, ano 19, n. 4, p. 17 e 18, abril 1991.
- 21 Ver: CAMPANELLA, Tomaso. A Cidade do Sol. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978; MORE, Thomas. A Utopia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979; BACON, Francis. Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- 22 ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1975. v.1, p. 37.
- 23 MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 268.
- 24 Id. ibid. p. 273.
- 25 Ver: BENEVOLO, Leonardo. A cidade e o arquiteto. São Paulo: Perspectiva, 1984. 144 pp; História da arquitetura moderna. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. 813 pp.
- 26 Cf. HAROUEL, Jean-Louis. História do urbanismo. São Paulo: Papirus, 1990. p. 114 a 131.
- 27 Ver: SCHORSKE, Carl E. Viena fin-de-siècle. 3 reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 43 a 124. (A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano).
- 28 Ver: ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Editorial Presença, 1975. O livro é de 1845.
- 29 Id. ibid. p. 47.
- 30 Walter Gropius repudiou a expressão estilo internacional, de modo pouco convincente, em artigo publicado, originalmente, em 1954. Segundo ele, no período ainda não havia "o necessário distanciamento para medir os fatos objetivamente". Le Corbusier não só a advogava como previa o advento de características locais no movimento, impostas pelo clima e pelas tradições. Ver: GROPIUS, Walter. Bauhaus: nova arquitetura. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 131 a 138; Le Corbusier. Planejamento urbano. 3 ed. São Paulo, Perspectiva, 1984. p. 43 e 44.
- 31 HARQUEL, Jean-Louis. Op. Cit. p. 119.
- 32 Loc. Cit.
- 33 Escola de arquitetura e arte que funcionou na Alemanha pré-nazista: Weimar (1919) e Berlim (1931).
- 34 Ver: BRADBURY, Malcom, McFARLANE, James. Modernismo: guia geral (1890-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 35 Ver: GROPIUS, Walter. Op. Cit. p. 139 a 141; SCHERER, Rebeca. Apresentação. dez. de 1986. In: LE CORBUSIER (1887-1965). A Carta de Atenas. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1989; HARQUEL, Jean-Louis. Op. Cit.
- 36 Ver: BENEVOLO, Leonardo. Op. Cit. p. 597 a 646; CIUCCI, Giorgio et alii. La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Editorial Gustavo, Gili, 1975.
- 37 Ver: WOLFE, Tom. Da Bauhaus ao nosso caos. Rio de Janeiro: Rocco, 1990. O texto original, em inglês, é de 1981.

- 38 Cf. KOPP, Anatole. L'architecture de la période stalinienne. Grenoble: Presses Universitaires, 1978. Trata-se de alentado levantamento e análise da arquitetura produzida com base no "realismo socialista" durante o longo governo de Stalin.
- 39 Le Corbusier foi um dos mais prolíficos arquitetos modernistas. Desenvolveu entre 1905 e 1965, dezenas de projetos nos seguintes países: Suíça, França, Bélgica, Alemanha, Argentina, Brasil, Argélia, Chile, União Soviética, Espanha, Suécia, Colômbia, Índia, Iraque, Itália, Japão, Chade e Estados Unidos. So não produziu para a Oceania. As suas idéias percorreram literalmente o planeta, na elegância de seus textos e de seu traço arquitetônico. Uma parcela bastante expressiva dos seus projetos foi executada. Fonte: FONDATION LE CORBUSIER. ARCHITECTURE: plans and archives. Paris, nov. 1988.
- 40 Ver: SCHERER, Rebeca. Op. Cit.
- 41 Id. ibid.
- 42 ARMAND, F., MAUBLANC, R. Fourier. México: Fondo de Cultura, 1940. p. 343. Tradução feita LCL.
- 43 Cf. LUKÁCS, Georg. Estética. Barcelona/Ciudad do México: Grijalbo, 1967. v.1, t.4, p.140 e 141.
- 44 HABERMAS, Juergen. Arquitetura Moderna e pós-Moderna. In: Novos Estudos CEBRAP, n.18, p. 115 a 124, set. 1987.
- 45 Id. ibid.
- 46 RELPH, Edward. A paisagem urbana moderna. Lisboa, Edições 70, 1990. A edição original em inglês é de 1987.
- 47 Ver: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) Pos-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. Coletânea de textos originalmente publicados nos EUA e na Inglaterra. A Introdução foi escrita pela organizadora.
- 48 KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1990. p. 252 e 253. Escrito entre 1985 e 1986.
- 49 BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- 50 Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) em 10 de agosto de 1900. Filho de tradicional família mineira, emergiu na política durante a Era Vargas. Foi ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945 e, sempre cultivou amizades com intelectuais de várias vertentes, inclusive, os próximos ao Partido Comunista. Teve importante papel na modernização dos serviços estatais nas áreas de seu ministério. Em 1945, elegeu-se, deputado federal por Minas e continuou como parlamentar nas duas legislaturas seguintes, sempre pelo PSD. Durante o governo JK foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União. Voltou à condição de deputado em 1962 e, nesta condição, apoiou o movimento militar de 1964. Ingressou na ARENA em 1966 e foi cogitado para ser o vice de Costa e Silva, em 1966. Ocupou o cargo de senador arenista (MG), em 1970. Em 1979 encerrou sua carreira política e fixou residência no Rio de Janeiro. Fonte: Dicionário FGV-CPDOC.
- 51 Le Corbusier permaneceu no Brasil de 1 de julho a 15 de agosto de 1936. Neste período, preferiu várias conferências e acompanhou, em dois ateliês distintos, a definição do projeto do Ministério e o de uma Cidade Universitária a ser construída no Rio de Janeiro.
- 52 BRUAND, Yves. Op. Cit. p. 81 a 93.
- 53 Id. ibid.
- 54 Oscar Niemeyer Soares Filho nasceu no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1907. É filho de uma família da classe média tradicional carioca. O seu avô era ministro do Supremo Tribunal Federal. Viveu a infância e adolescência na sua casa. Concluiu o curso de Arquitetura, na Escola Nacional de Belas Artes, em 1934. Desde 1945, é ativo militante do Partido Comunista Brasileiro. Produziu inúmeros projetos de arquitetura no Brasil e no exterior. Recebeu grande quantidade de prêmios e condecorações. Publicou vários artigos, principal-

mente, na Revista Modulo, da qual foi, durante longo tempo, o mais significativo mantenedor. Escreveu alguns pequenos ensaios onde resumiu suas idéias, experiências e trabalhos em estilo e objetivo. Tornou-se um dos mais internacionalmente conhecidos intelectuais brasileiros.

56 Um complexo arquitetônico — Iate Clube, Cassino (hoje, Museu), Casa do Baile, Igreja, etc. — construídos ao redor de um lago artificial, quando JK era prefeito de Belo Horizonte (MG). O conjunto é ligado ao centro de capital mineira por uma auto-estrada de quase sete quilômetros. Na Pampulha, já houve a integração de esculturas e pinturas — Candido Portinari, Alfredo Ceschiatti, Burtle Marx, dentre outros — com a arquitetura de Niemeyer e a presença de Joaquim Cardozo, encarregado do cálculo estrutural. Um ensaio para Brasília, ArPDF, maio de 1989.

57 NIEMEYER, Oscar. Depoimento. Brasília: ArPDF, junho de 1989.

58 VER: SODRÉ, Nelson Werneck. Oscar Niemeyer: 59 Id. ibid.

Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Sabino Barroso entrevistam Niemeyer. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Livro escrito para comemorar os 70 anos do arquiteto; PUPPI, Lionello. A Arquitetura de Oscar Niemeyer. trad. de Luiz Mario Gazzaneo. São Paulo: GTO/Revan, 1987. Uma defesa apaixonada da obra do arquiteto e de seus seguidores., CAMPA, Ricardo. A reta e a curva: reflexões sobre nosso tempo com Oscar Niemeyer, Mário Schenberg e Celso Furtado. São Paulo: Max Limonad, 1986; SPADE, Rupert (org.) & FUTAGAWA, Yukio (il.). Oscar Niemeyer. New York/Japan: Simon and Schuster, 1971. 77 fls. Trata-se de biografia de Niemeyer, acompanhada de uma cronologia de suas obras, fotografias, cópias de plantas e projetos; NIEMEYER, Oscar. Quase memórias: viagens (tempos de entusiasmo e revolta 1961-1966). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. A forma na arquitetura. Rio de Janeiro: Avenir, 1978; XAVIER, Alberto. Op. Cit.

61 Lúcio Costa é filho de brasileiros. Nasceu em 27 de fevereiro de 1902 em Toulon, na França. O seu pai era oficial da Marinha e engenheiro naval. No mesmo ano de seu nascimento, a família retornou ao Brasil. Lúcio Costa voltaria para Europa em 1910, lá ficando e estudando até 1916. Morou na Inglaterra, França e Suíça. Nesta, permaneceu por maior tempo. Em 1917, já estava no Brasil estudando na Escola Nacional de Belas-Artes. Começou a trabalhar em arquitetura no início da década de 1920. Segundo ele, era completamente alheio ao Modernismo até os anos trinta. Fonte: COSTA, Lúcio. Depoimento. Rio de Janeiro, ArPDF, maio 1988.

62 Ver: COSTA, Lúcio. Arquitetura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. (coletânea "Os Cadernos da Cultura"); Sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962; Razones de la nueva arquitectura — 1934 — y otros ensayos. Lima: Embajada del Brasil, 1986. Coletânea, traduzida para o espanhol, de ensaios, artigos para imprensa e o relatório justificativo do Concurso do Plano Piloto publicados, originalmente, entre 1934 e 1961; XAVIER, Alberto. (org.) Po. Cit.

* Luis Carlos Lopes é professor do Departamento de Ciência da Informática e Documentação da Universidade de Brasília e pesquisador do Arquivo Público do Distrito Federal. Endereço para correspondência: HCGN 711, bloco J casa 21 70750-770 — Brasília-DF Ilustrações retiradas da obra "Brasília, Trilha Aberta", editada pelo GDF.

Argonautas do Sertão

Mais conhecido como romancista e contista, o escritor Bernardo Élis tem também notáveis estudos na área de História. Neste artigo, Bernardo resgata a temeridade com que velhos sertanistas do século passado buscaram, por via fluvial, romper o terrível isolamento da província de Goiás em busca de comunicação com as bacias do Prata e do Amazonas.

BERNARDO ÉLIS

Academia Brasileira de Letras

Possui o Brasil uma abundante rede hidrográfica, cujos rios não têm sido inteligentemente aproveitados para navegação, em virtude de nossas condições especiais. Muitos dos rios ou cortam regiões despovoadas ou correm nos planaltos, onde as corredeiras e cachoeiras impedem a livre navegabilidade.

No caso de Goiás, essas circunstâncias adversas são preponderantes e em nosso território, o único rio cuja navegação se mostra mais praticável é o Araguaia, sem embargo de sua natureza de curso d'água de margens indefinidas.

No momento, fala-se numa hidrovia ao longo dos rios Grande e Paranaíba, o que fará de Itumbiara (limite de Goiás com Minas) um porto ligado a Buenos Aires, Assunção do Paraguai e São Paulo, numa ampliação fabulosa de nossas possibilidades de navegação fluvial.

Portugal não possui grandes cursos d'água e, praticamente, é o Tejo o único rio navegável; contudo, sempre herdamos dos portugueses alguma tradição fluviátil que no Brasil foi fabulosamente desenvolvida e aumentada.

A condição de estar Goiás privado de cursos fluviais navegáveis influenciou no nosso desenvolvimento e nos isolou da comunidade nacional. Mato Grosso, mais distante geograficamente, como tinha possibilidade de ser alcançado por rios e pelo oceano (via Buenos Aires) foi descoberto primeiro e, de certa forma, embora menos povoado, tem tido mais presença nacional do que Goiás na História Pátria.

Se se fizer um balanço rápido, constatamos que das sedes de administração das capitânicas

do Brasil, apenas duas não eram servidas por portos ou marítimos ou fluviais: Ouro Preto (MG) e Vila Boa ou Goiás (GO). No caso de Ouro Preto a maior proximidade do litoral minorava o mal da ausência de rio navegável. Por força desse imperativo geográfico, Goiás sempre se sentiu prisioneiro e lutou incansavelmente por uma saída para o oceano.

No tempo do apogeu do ouro, como não havia exportação que não do metal, essa falta não foi tão sentida e até permitiu ao rei proibir a navegação dos rios Tocantins e Araguaia. Por alvará de 1733 confirmou-se a ordem anterior de se usar apenas um caminho terrestre para Goiás, proibindo por tempo indeterminado a navegação fluvial. De 1737 até 1782, portanto, não se usaram os rios para transporte e comunicação. Depois, porém, que Goiás passou a explorar a agropecuária, foi aí que se apresentou em toda a sua pujança nosso drama de região desprovida de meios de transporte. A partir do governo de d. José de Almeida e Vasconcelos (1770-1778) começa a luta pela liberdade de navegação, o que só se efetiva a partir do governo de d. Luís da Cunha Menezes (1778/1783).

Contudo, desde os primeiros tempos de nossa colonização, os luso-brasileiros se interessaram por dotar a sede da administração da capitania (Vila Boa) de um porto fluvial que não distasse muito da vila. E para execução disso muito diligenciaram.

PORTO DE TOMÁS DE SOUSA

O primeiro local a ser cogitado foi no próprio rio Vermelho que banha a cidade de Goiás; nesse curso, na foz do rio Fer-

reiro, a 72 km de Vila Boa, instalou-se um embarcadouro conhecido como porto do rio Vermelho, porto do Ferreiro ou de Tomás de Sousa Vila Real.

Este Tomás de Sousa Vila Real (há outro Tomás de Sousa) é o maior navegador de Goiás e talvez o maior navegador de rios do Brasil inteiro. Em 1790 o governo português desenvolvia uma política de incremento à navegação fluvial — era a política integracionista de D. Maria I. D. Francisco de Sousa Coutinho, governador do Pará, organizou uma expedição comandada por Tomás de Sousa Vila Real, com o objetivo de levar mercadorias até o Pontal (Porto Nacional, no Tocantins); daí deveria Tomás de Sousa ir a Vila Boa e com ajuda de Tristão da Cunha, governador de Goiás, organizar outra expedição que descesse o rio Araguaia até Belém, transportando mercadorias.

Assim se fez. Depois de subir o Tocantins, em 22 de dezembro de 1792, Tomás de Sousa embarca na foz do rio Ferreiro no rio Vermelho, 14 léguas abaixo de Goiás, e chega a Belém do Pará em 25 de fevereiro do ano seguinte, vencendo 424 léguas (2.544 km), em pouco mais de 60 dias de viagem. Algumas outras expedições se fizeram por aí, sem o mesmo êxito, o que fez com que ao tempo do governador Delgado Freire de Castilho o porto fosse transferido para o próprio rio Araguaia, na confluência com o rio Vermelho, passando a chamar-se porto do rio Grande, depois porto de Manuel Pinto, a seguir porto de Santa Leopoldina e ultimamente Aruanã.

O apogeu desse porto foi ao tempo do governo de Couto

Magalhães, quando aí se instalou a sede da empresa de barcos a vapor do Araguaia (1869), constituída do vapor Araguaia, rebocador Cristóvão Colombo, os botes São João do Araguaia, Jurupensém, Aricá e Cuiabá. Declinando a Empresa de Couto de Magalhães, o Araguaia voltou a ser uma via ou caminho não utilizado economicamente, até que na década de 30/40 deste século o holandês Emilio Kleimann reviveu a epopéia esquecida. Instalou uma linha de barcos entre Aruanã e Belém.

Eram três embarcações obedientes a modelos especiais para as águas rasas do Araguaia, movidas a diesel, com capacidade para 20 ou 30 toneladas, com todo o conforto moderno, que gastavam naquele percurso seis dias para descer o rio e 12 para subir. Por aí recebia Goiás gasolina do Pará com um preço menor 25% do que a importada de São Paulo.

Essa tentativa extinguiu-se a partir da década de 40.

PORTO DO RIO DO PEIXE

Outro embarcadouro escolhido foi no rio do Peixe, outro afluente do Araguaia, cujas cabeceiras estão próximas de Vila Boa. Aí criou-se o porto de Santa Rita do rio do Peixe, o qual foi inaugurado (1.800) pelo capitão-general João Manuel de Menezes que, vindo com a incumbência de fomentar a navegação interna e o povoamento das terras ribeirinhas, saiu de Lisboa e chegou a Belém do Pará; em seguida, subindo o rio Araguaia e alcançando o rio do Peixe, desembarcou no chamado porto do rio do Peixe, a 84 km de Vila Boa, aonde acabou de chegar a cavalo.

A comitiva que o acompanhou nessa viagem pelo rio

constituía-se de 216 pessoas distribuídas em 9 canoas e 5 montarias; levou cinco meses e meio para vencer a distância entre Belém e Santa Rita do rio do Peixe, aonde arribou em 18 de fevereiro de 1800, em pleno período das cheias. Foi uma viagem extremamente penosa que por si só bastaria para fazer de d. João Manoel um herói, pois pela primeira vez desde que o mundo é mundo caravana tão numerosa realizava semelhante percurso por uma região completamente despovoada.

Enquanto durou o trajeto, "o único convívio humano mantido foi com os elementos da própria comitiva". Fora daí encontraram um pequeno grupo de índios apinagés após quase três meses de viagem e a seguir outro pequeno grupo de carajás 20 dias depois. Passaram fome, que a região era desabitada; sofreram de febres, doenças intestinais, os barqueiros e serviçais desertaram; a solidão tumular a todos afligia.

Várias outras expedições comerciais se fizeram a partir do rio do Peixe, sendo dignas de nota as efetuadas no governo de d. Francisco de Assis Mascarenhas, todas organizadas, dirigidas e impulsionadas pelo capitão Tomás de Sousa Vila Real. Nesse tempo aí ergueram-se trapiches e estaleiros que eram animados por numerosos trabalhadores.

Logo depois o porto e a navegação declinaram. Em 1820 o general Cunha Matos registrou aí apenas a presença de destroços de barcos encalhados na praia e restos de construções ruins. Quando o general Couto de Magalhães, então presidente da Província, em sua viagem ao Araguaia, passou por



esse porto em 27 de setembro de 1862, não encontrou mais nada. Eis suas palavras: "é hoje (o porto) uma velha tapera, e do grande armazém que aí houve dos botes que flutuavam sobre as águas verdecentes do rio, existe apenas a memória".

Contudo, faz as seguintes observações sobre a povoação de Santa Rita do rio do Peixe, asentada 3/4 de légua ao sul do rio: "Está colocada nas encostas meridionais da serra do Acaba-saco; é linda, porém povoação pequena; a verdura das árvores, que crescem pelos quintais, e o luxuriante da vegetação contrastam agradavelmente com a cor branca das casas".

PORTO DO URUÚ

Outro lugar de que se cogitou para porto de Vila Boa foi no rio Uruú, na altura da foz do rio Canastra, próximo das atuais cidades de Itapuranga ou Heitorai: Era o porto de Santana do Capim Puba. Segundo registro no mapa de Tosi Colombina (1751), daí, em 1724, partiram componentes da Bandeira do Anhanguera chefiados pelo alferes português José Peixoto da Silva Braga.

Embarcando-se no rio Uruú, ganharam o rio das Almas, o Maranhão e o Tocantins, indo sair em Belém do Pará em março de 1725, ou seja, quatro meses e onze dias depois.

Posteriormente, em 1789, no governo do Tristão da Cunha Menezes, pela enchente de São José (20 de março), o já conhecido capitão Tomás de Sousa Vila Real embarcou no rio Uruú, no porto de Santana do Capim Puba, e descendo sempre foi ter a Belém. Era uma expedição militar, composta de 800 pessoas sob o comando do sargento de pedestres José Luis, famoso pelos trabalhos de catequese dos índios Caiapós.

A expedição passou por inúmeras peripécias de naufrágios, combate com os indígenas Canoeiros que faziam enormes depredações no Norte de Goiás. Nela também tomava parte o capitão Miguel de Arruda Sá, igualmente notável pelos trabalhos de aldeamentos de silvícolas. Ao fim da jornada, apenas chegavam a Belém oitenta inválidos, havendo a maioria ou desertado ou morrido de doenças intestinais e ataque de indígenas.

Desse ponto, ao que se saiba, nunca mais partiu expedição para derrota tão distante.

PORTO DO RIO DOS BOIS

O último porto fluvial a ser tentado ficava no rio dos Bois e por ele começava-se a desistir de Belém, trocando essa praça comercial por São Paulo ou pela região sul. Era o tempo do governador Francisco de Assis Mascarenhas (1804-1809) e a empreitada foi cometida a Estanislau de Oliveira Gutierrez que

no começo das águas de 1808 embarcou em Anicuns, quase nas cabeceiras do rio dos Bois, levando consigo mais cinco aventureiros. Naufragando nas várias cachoeiras do rio Paraná, a que chegaram depois de muitas penas, ao cabo da viagem restaram vivos apenas dois homens, os quais nunca mais retornaram a Goiás.

No governo de Fernando Delgado Freire de Castilho (1816) nova tentativa se experimentou, embarcando os exploradores a 18 léguas abaixo de Anicuns, no rio dos Bois, e 32 léguas de Vila Boa, em data de 3 de setembro de 1816. Passaram os navegadores a barra do rio Turvo, a foz do rio Verde e no dia 24 de setembro entravam no rio Paranaíba. Na cachoeira de São Simão três canoas perderam-se e aí ficaram os homens por um mês para fabricarem novas embarcações. Varando por terra, transpuseram outra cachoeira a que denominaram Santo André em honra do santo do dia, alcançaram a barra do rio Grande a dois de dezembro. Aí entraram no rio Paraná, passaram por Urubupunga e chegaram à foz do rio Tietê.

Nesse ponto, de noite, foram avisados por um índio da região que estavam próximos das grandes cataratas de Iguaçu, consideradas intransponíveis e nas quais haviam perecido Gutierrez e seus companheiros. Isso os fez retroceder e pegar a embocadura do rio Tietê, pelo qual subiram até chegar a Itapura, no dia 8 de dezembro de 1816, onde deram por finda a viagem.

Nesse percurso morreram quatro companheiros de João Caetano, o verdadeiro chefe da expedição, o qual chegou vivo a

Piracicaba, mais para cima do Tietê, entretanto seu companheiro José Pinto da Fonseca, outro famoso catequisador de índios de Goiás, veio a falecer de febre na vila de São Carlos de Campinas, no natal de 1816.

Algum tempo depois, esse mesmo João Caetano, único sobrevivente, explorou o rio Grande, partindo de Mogiguaçu, e chegou até a embocadura do rio Corumbá, no Paranaíba, de onde regressou a Araraquara.

Em 1817, João Caetano vai ao Rio de Janeiro e dá conhecimento ao príncipe regente, futuro d. João VI, de seus afanosos trabalhos, ocasião em que o príncipe o agraciou com o hábito de Cristo, ordenando-lhe que voltasse para Goiás, embarcando-se no Mogiguaçu, e por via fluvial fosse até o ponto mais próximo de Vila Boa. Assim fez ele com sucesso, subindo o Paranaíba, rio dos Bois, entrando pelo Turvo até onde as águas permitiram navegação.

Por aviso de 20 de dezembro de 1820 se mandou dar a José Caetano cem mil réis por mês para prosseguir na proveitosa tarefa de explorar os rios do sul de Goiás. Tal ordem, porém, jamais se cumpriu...

Tudo isso são notícias que nos dá o historiador Alencastre na sua interessante obra intitulada "Anais da Província de Goiás", cuja leitura não deixa de ser proveitosa.

Um descendente de bandeirante, Antônio José Leite, em 1824, percorre a bacia do Paranaíba.

De outra fonte (artigo "A Família do Anhanguera", de autoria do jornalista Moisés Santana — 1879-1922) transcreve-se a seguinte viagem fluvial de Antônio José Leite.

"Os descendentes do insigne bandeirante João Leite da Silva Ortiz não lograram sobreviver, em lustre, ao chefe envenenado em Recife, e entraram para a massa amorfa e anódina da população sertaneja. Entre eles destacaram-se os Leite de Souza, que se estabeleceram, desde os primeiros tempos do povoamento, na zona das Lajeas, do Limoeiro e do Barro Amarelo, nos limites dos municípios de Goiás, Curalinho e Anicuns. Do meio dessa família, ergueu-se um vulto de bandeirante, 100 anos depois dos descobrimentos do Anhanguera. Foi Antônio José Leite, que, em 1824, partindo de Anicuns, em uma canoa, pelo rio dos Bois, foi ter ao Paranaíba, navegando, rio acima.

De fato, o arrojado argonauta, segundo a classificação do ilustre Cunha Matos, subindo o Paranaíba, transpôs os rebojos do Praiã, venceu todos os obstáculos da natureza e descobriu a formosa e famosa Cachoeira Dourada, soberba cachoeira de salto, onde o Paranaíba se despenca de uma altura de 22 metros, com a extensão de 1.500 metros, em espetáculo o mais grandioso que o homem pode contemplar.

Aí viu Antônio Leite que lhe não era possível "varar" a cachoeira; sertanista de sangue, porém, não desanimou; construiu outra canoa, acima da cachoeira, acampando, para isso na ilha de Antônio José Leite, ou do Ferrador, que biparte a formosa queda de água e que é o eixo e será a base das futuras obras com as quais se há de aproveitar a força das correntes.

Construída a nova canoa, prosseguiu Antônio José Leite na sua viagem de descobrimen-

to e veio ter ao local, onde, oito anos depois, se criou o Porto de Santa Rita do Paranaíba, hoje cidade do mesmo nome, na fronteira de Goiás com Minas Gerais. (Atualmente Santa Rita do Paranaíba se chama Itumbiara). Continuando a viagem, o nauta transpôs as terríveis corredeiras dos Tachos, na barra do CORUMBÁ-PARANAÍBA, e, subindo ainda por este foi ter à barra do Rio das Velhas. Daí por este acima, Antônio José Leite chegou ao Registro Real de Santana do Rio das Velhas, de onde, retornando pela mesma via, regressou a Anicuns. Este desbravador do sertão prestou relevantes serviços ao povoamento de Goiás e do Triângulo Mineiro, revelando as condições da terra que marginará.

O governo imperial ordenou, em virtude dos seus descobrimentos, que se abrisse a estrada que da Franca do Imperador (SP), por Uberaba (MG), fosse ter a Anicuns (GO) e logo os caminhos se foram povoando e surgiram as localidades com cujo desenvolvimento se criaram os atuais municípios goianos de Corumbá, Buriti-Alegre, Santa Rita do Paranaíba, Jataí e Rio Verde e os municípios mineiros de Fruta, Ituiutaba, Prata, Monte Alegre, Abadia do Bom Sucesso, Uberaba e Araguari.

O autor deste trabalho descende do arrojado descobridor".

Agora, novamente as hidrovias estão em voga. Com a ajuda da poderosa tecnologia moderna não faltarão recursos capazes de tornar realidade as fantasias e a indômita coragem de aventureiros da marca de João Caetano, Antônio Leite, Tomás de Sousa Vila Real, Couto de Magalhães, José Peixoto da Silva Braga, Emilio Kleimann e tantos outros heróis desconhecidos de nossa história nacional, cada dia mais gloriosa e cada dia sepultada pelos heróis de matéria plástica da cultura ianque.

Será o silêncio a única recompensa das lutas terrenas?

BILIOGRAFIA

- 1 — O Descobrimento da Capitania de Goiás etc., Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa. UFG Goiânia-1967.
- 2 — Anais da Província de Goiás — J.M.Pereira de Alencastre, Sudeco/Goiás — Brasília — 1978.
- 3 — O mistério do Ouro dos Martírios — M.Rodrigues Ferreira, Graf. Biblos — S.Paulo, 1960
- 4 — Súmula da Hist. de Goiás — Americano do Brasil, Goiânia, Unigraf, 1982.
- 5 — Goiás em Sol Maior — Bernardo Élis, Goiânia, Poligráfica — 1985
- 6 — História de Goiás — Colemar Natal e Silva, Borsoidéia, 1935
- 7 — História de Goiás — Zoroastro Artiaga, Goiânia, 1959
- 8 — As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Sec. XIX — Dalisa M.Doles, Goiânia, Oriente, 1973

* Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, 77 anos, é natural de Corumbá de Goiás e membro da Academia Brasileira de Letras. Endereço para correspondência: Rua "C" — 237 N° 189 — Jardim América — Goiânia (GO).



Há duzentos e cinquenta anos, no dia 1º de março de 1743, nascia em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, JOAQUIM XAVIER CURADO, filho de João Gomes Curado e Dona Maria Josefa Pinheiro. Pequena freguesia no coração do Brasil, Meia Ponte foi fundada pelos intrépidos aventureiros do ouro, fiéis seguidores do afoito Bartolomeu Bueno da Silva. Um ano após a morte de seu pai, ocorrida em 1761, Joaquim, determinado e idealista, desde cedo, resolveu definir como seu objetivo de vida, o ingresso na Universidade de Coimbra. Para tanto, ganha os caminhos em direção ao Rio de Janeiro e procura matrícula no Seminário Episcopal de São José, portando, por certo, alguma carta de recomendação, coisa comum à época. O Seminário era uma escola de instrução e disciplina eclesiástica e estava localizado na encosta do Morro do Castelo; fora inaugurado em 1739, sob a iniciativa do bispo D. Antonio de Guadalupe e com a generosa ajuda do governador Gomes Freire de Andrade (1733-1763). Recebia alunos leigos e seminaristas. Somente os ricos pagavam, recebendo todos as mesmas instruções das matérias de latim, grego, francês, inglês, português, retórica, geografia e teologia.

Mal iniciou o seu segundo ano, sofreu Joaquim Xavier uma mudança drástica na vida. O destino, pelas mãos do Conde de Cunha, D. Antonio Alvares da Cunha (1763-1767) traçou-lhe novos e gloriosos rumos. Homem enérgico e trabalhador, muito fez o Conde da Cunha pelo Rio de Janeiro; edificou quartéis, iniciou a formação de um corpo regular para a defesa da cidade, restaurou fortalezas, instituiu as primeiras companhias de artilheiros, promoveu recrutamento, construiu hospitais e combateu a admissão excessiva de jovens nos seminários. Nesta última determinação envolveu a vida do jovem Joaquim Xavier Curado. Convidado para ingressar no Exército, na condição de soldado, com certas vantagens, apesar de não ser filho de nobres, alista-se em 1764, com 21 anos. Assim começa a vida militar de um dos legendários soldados brasileiros. Inteligência viva, tino aguçado de estrategista, exemplo de honradez e de liderança, alcançou o mais alto posto da hierarquia militar, o de tenente general — equivalente ao posto de marechal — com dedicação, lealdade e bravura.

Em 1774, aos 31 anos de idade, no posto de Alferes de Infantaria, parte para o Sul, quando dos desentendimentos entre Portugal e Espanha naquela região. Lá, sob as ordens do gene-



Xavier Curado:

Um Conde em Pirenópolis.

Joaquim Xavier Curado, Conde de São João das Duas Barras, nascido no Planalto Central há dois séculos e meio, é considerado um dos fundadores do Exército Nacional. Neste artigo, seu colega de armas, o também historiador Alberto Martins da Silva, levanta os principais momentos da biografia do ilustre pirenopolino.

GEN. ALBERTO MARTINS DA SILVA

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil

ral João Henrique Bohm, praticou atos de bravura que lhe garantiram acesso rápido nas promoções até o posto de sargento-mor (major). No seu retorno ao Rio de Janeiro, foi mandado para o interior da capitania, em diligência, para defender os fazendeiros locais que estavam sendo assaltados e mortos pelos índios. Conseguiu Xavier Curado afastar os indígenas, trazendo tranquilidade à região. Para isto formou um grupamento militar composto de moradores, para rechaçar os hostis. No final, conseguiu reunir os moradores que estavam refugiados em outras localidades para ali formarem uma nova aldeia, que recebeu a denominação de Minhocal. Sua atuação foi bem aceita pelas autoridades do Rio de Janeiro pela maneira pouco agressiva com que se houve.

Suas atividades militares e seu senso de apaziguador fizeram-no respeitado e sempre elogiado pelos seus superiores. Sua promoção a tenente coronel, ocorrida em 1798, foi consequência de todos os seus feitos e sua reputação.

Durante o governo do Conde de Rezende, D. José Luis de Castro (1790-1801), servindo no Regimento de Bragança, foi designado para o cargo de interventor em Campos (RJ) onde reinava um clima de revolta entre os moradores. Novamente veio a desempenhar um excelente papel no entendimento das partes envolvidas, aproximando os revoltados e conseguindo trazer a paz esperada pelas autoridades. Como homem de confiança do governo desempenhou várias missões de importância política no exte-

rior. Uma delas, foi a de 1799 na Europa, quando era portador de documentos secretos para Lisboa. Um incidente veio dar nova direção ao seu trabalho quando seu transporte foi assaltado por navios franceses. A ação do tenente coronel Xavier Curado foi rápida e inteligente: jogou ao mar toda a documentação que portava, sem antes ler o seu conteúdo. Conseguindo alcançar a Espanha, foi depois até Lisboa onde terminou seu trabalho, retornando ao Brasil em 1800. Sua promoção ao posto de coronel não tardou a chegar (22 de setembro daquele ano). Era mais uma recompensa pelo seu trabalho.

Ainda em 1800 é nomeado Governador de Santa Catarina (Desterro) que ainda era ligada à capitania do Rio de Janeiro, tomando posse a 8 de dezem-

bro. Governou até 5 de junho de 1805, deixando comprovado o seu tino administrativo. O seu governo foi marcado por grande impulso na agricultura e pela construção de obras de reais necessidades, apesar da falta de recursos. Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que visitaram a cidade — Langsdorff, Lisiansky e Golovni — dão uma idéia sobre alguns melhoramentos. Após sua missão de caráter cívico-militar, é chegado seu momento de reforma. Em 5 de junho de 1806, cumprindo com determinação e sobeja lealdade, é reformado pelas leis vigentes.

Novamente o destino vai mudar-lhe a direção. Seu pretendido descanso, após relevantes serviços prestados ao Exército, não é aceito pelo Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito (1806-1808). Assim, diz a

história, ele recusou-se a assinar a sua reforma "por não querer freiar a Nação dos serviços que ainda lhe podia prestar um Oficial benemérito, e cujo zelo supria as forças físicas que talvez alguns alegassem perdidas". Na verdade, apesar dos seus 63 anos de idade, iria contribuir muito para a solução de problemas que a Nação enfrentaria no futuro próximo.

Sua promoção, merecida e justa, ao posto de brigadeiro ocorreu a 2 de abril de 1808, e, em maio do mesmo ano, ao posto de marechal de campo, possibilitou-lhe seguir os briosos e heróicos caminhos na continuidade do seu trabalho militar. Novamente, surge o homem de confiança do governo em ação no exterior. Naquele conturbado período das questões platinas, parte para Buenos Aires e Montevideo, a mando de D. João VI, como emissário particular para averiguar as ocorrências políticas que interessavam ao Brasil. Além disso, também atuou na área de comércio, procurando estabelecer acordos para a livre introdução, no Rio da Prata, dos produtos ingleses importados via Brasil.

Com o agravamento da situação político-militar na Banda Oriental, Xavier Curado permanece no Rio Grande do Sul à disposição do general D. Diogo de Souza, Governador da Capitania, que preparava a invasão

do território platino. Assim, preparou D. Diogo o seu Exército Pacificador da Banda Oriental, compondo duas colunas ao Comando dos generais Marques de Souza e Xavier Curado. A segunda Coluna, comandada pelo general Curado, era composta por dois Batalhões de Infantaria, dois Batalhões de Artilharia a Cavalos, da Legião de São Paulo, um Regimento de Dragões da Milícia do Rio Pardo e uma Companhia de Lanceiros guaranis. A marcha, dificultada pelos rios caudalosos e acidentes do terreno, foi vencida com denodo e, em outubro de 1811, a cidade de Maldonado era ocupada. Em março do ano seguinte estava o general nas imediações de Paissandu. As vitórias de Yapejú e São Tomé vieram diminuir as hostilidades inimigas com a total ocupação dessas regiões. Com a celebração do armistício, D. Diogo mandou retirar o seu Exército, evacuando o território Oriental.

A 13 de maio de 1813, recebe o general Curado mais uma promoção. Desta vez alcança o mais alto grau hierárquico, é tenente general. E a sua vida continua entre a tática e a estratégia militares. O velho cabo-de-guerra ainda oferecerá ao Brasil seu trabalho denodado e responsável.

Nos anos de 1816 a 1820 volta a comandar novas forças militares. É nomeado para comandar

o Exército Brasileiro no Quairaim, vitoriando sobre o general José Artigas na Banda Oriental, Entre-Rios e Rio Grande do Sul. As ações em São Borja, Ibirocaí, Carumbé, Arapeí, Catalan, Arroio Grande bem demonstram a sua capacidade tática e a excelência de sua liderança comandando homens como Oliveira Alves, João Mena Barreto, Bento Manuel e José de Abreu.

Para tantos serviços prestados com tanta bravura, recebeu de D. João VI, a "Comenda da Ordem da Torre e Espada", pelos relevantes serviços que acabara de prestar à pátria no campo de honra. A 20 de setembro de 1820, foi nomeado para Conselheiro de guerra e, ao retornar à Corte, participa, como membro do Conselho Supremo Militar.

Mas, a sua vida militar ainda não terminou. A roda do destino novamente vem a mover-se e a colocá-lo em mais um episódio da nossa história. O momento do célebre Fico, tão significativo na política de então, chama-o para mais um turno militar. Naquele episódio, o general Jorge Avilez rebelando-se, exige a retirada de D. Pedro I, ocupando, na noite de 11 para 12 de janeiro, o Morro do Castelo e suas adjacências, com a "Divisão Portuguesa Auxiliadora". Na reação, militares e civis reunidos no Campo de Santana permaneceram em armas, sob o co-

mando do general Oliveira Álvares. O tenente general Xavier Curado montou o seu quartel-general em São Gonçalo, Niterói, com dois Batalhões — um de granadeiros e outro de caçadores — dois Esquadrões de Cavalaria e quatro peças de Artilharia. Patrulhas foram colocadas em Icarai, Fortaleza de Santa Cruz e Praia de Fora. No morro de Santana, próximo à base do general Avilez, os milicianos aguardavam ordens. O Príncipe Regente exige que a tropa portuguesa inicie o embarque. Diante da tensa situação, a tropa portuguesa resolveu retornar para Portugal.

Esta foi a última presença, à frente da tropa, do legendário Xavier Curado. Uma vida toda dedicada ao Exército. Cansado, aos 79 anos, ainda assim tem forças para mais uma atividade no meio civil como representante de Santa Catarina na Assembleia Legislativa. Encanecido, experiente e sempre com sua maneira apaziguadora levou o seu trabalho político sem grandes preocupações.

Pelo seu trabalho militar em defesa do Brasil, sempre pronto e leal, bravo e honesto, foi agraciado, pelos decretos de 20 de outubro de 1825 e de 7 de setembro de 1826, com o título de barão e conde de São João das Duas Barras, com grandeza. O tenente general Joaquim Xavier Curado é o único goiano que os-

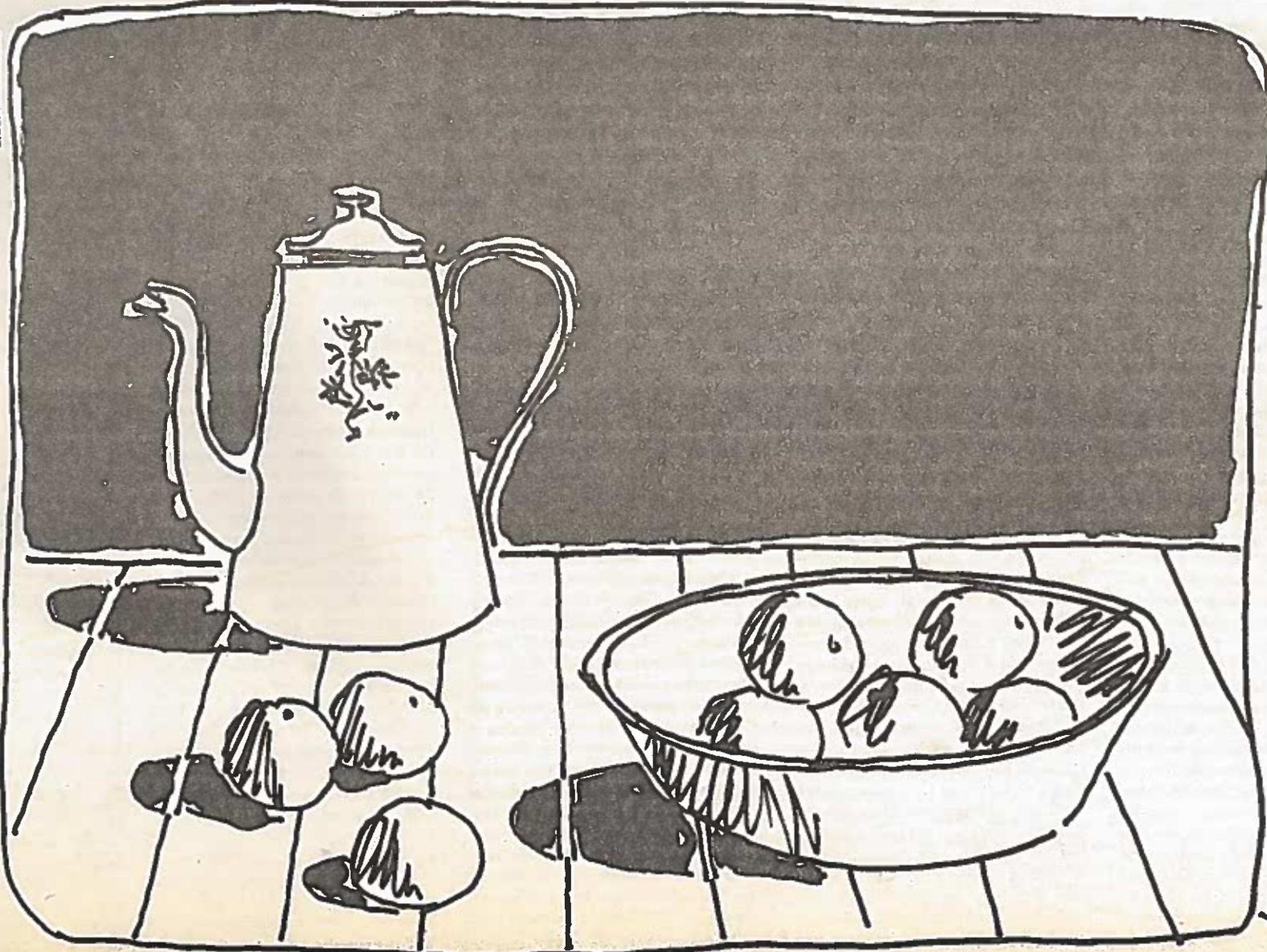
tenta o título de conde; o outro titular do Império que nasceu em Goiás é Inácio Francisco Silveira, que era Barão de Vila Franca. Mereceu, pela distinção de sua atividade militar e civil, várias condecorações e títulos. Era fidalgo Cavaleiro da Imperial Casa, Comendador das Ordens de São Bento de Aviz e da Torre e Espada e recebeu a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro (sendo o primeiro brasileiro a recebê-la) que foi criada por D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822. Foi ainda condecorado com as Medalhas das Campanhas do Sul de 1811 a 1812 e a de 1815 a 1820.

Faleceu em 15 de setembro de 1830, aos 87 anos. Em 1869 seus restos mortais foram trasladados das catacumbas da Igreja de São Francisco de Pádua para um jazigo perpétuo mandado construir por D. Pedro II, no Cemitério de São Francisco de Pádua, no Rio de Janeiro. Uma homenagem ao mérito.

Um exemplar ciclo de vida que hoje, 250 anos depois, vale lembrar pela luz que ainda irradia. Eis o conde que nasceu em Pirenópolis.

* O general Alberto Martins da Silva é médico e historiador, autor de vários livros, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil. Endereço para correspondência: SQN 205, bloco "D" — Apto 303 70743-040 — Brasília — DF.

Elder Rocha Lima



EL

O território que hoje constitui o Estado de Goiás começou a ser penetrado por expedições sertanistas a partir de 1590. Essas Bandeiras, organizadas principalmente em São Paulo, vinham em busca de indígenas para escravizar e simultaneamente também à procura de ouro. Segundo Americano do Brasil, das Bandeiras que estiveram em solo goiano no início do século XVIII muitas nos são hoje desconhecidas por faltarem registros documentais. É a uma dessas expedições ignoradas por nossos historiadores que refere-se a tradição oral corumbaense. Segundo essa fonte, em meados da década de 1710 chegou à confluência do Córrego do Almoço no Rio Corumbá, (local esse não muito distante da nascente do rio), uma Bandeira constituída por membros da família portuguesa Mafra e seus escravos, que alcançaram a região depois de atravessarem o sertão baiano. Esses lusitanos garimpavam em alguns pontos do Rio Corumbá e de seus afluentes, tendo realizado uma obra de vulto ao secarem a cachoeira desse rio, desviando suas águas para um ribeirão próximo que ganhou por isso o nome de "Rasgão", a fim de garimparem nos poços situados acima e abaixo desta cascata. Porém, questões familiares e conflitos com os novos garimpeiros que a partir do final da década de 1720 alcançaram essa região, levaram os Mafra a retornarem a Portugal, conduzindo consigo grande quantidade de ouro.

O ENIGMA DOS MAFRAS

É possível que alguns agregados dos Mafra tenham permanecido na região e relatado a aventura de seus senhores a um dos pioneiros do Arraial de Corumbá (e seu provável fundador), o bandeirante de Jacareí, (SP), Diogo Pires Moreira. O certo é que foram os descendentes de uma irmã de Diogo, Andréza da Silva Moreira, que transmitiram a narrativa sobre os Mafra e sobre a fundação de Corumbá, de geração em geração, durante quase 2 séculos. Andréza foi casada com o português José Viegas de Atayde e um dos seus trinetos, Antônio Viegas de Atayde, narrou esses fatos (no início deste século), a José Ardelino Fleury Curado, José Hercílio Curado Fleury e Sylvio do Rosário Curado Fleury. Estes por sua vez registraram as narrativas de Viegas em trabalhos que utilizei em meu livro, ainda inédito, sobre a história de Corumbá no período colonial. Porém, se a expedição dos Mafra não resultou num processo de povoamento efetivo do vale do Corumbá, uma outra Bandeira começou a realizar tal missão pouco antes do retorno dos Mafra, ocorrido, segundo a tradição, em 1730.

O AVANÇO PAULISTA

O sertão de Goiás já vivia a essa altura dos acontecimentos os primórdios de sua colonização, iniciada em 1726 com o retorno definitivo de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanquera, a essas paragens, agora revestido de poderes a ele delegados pelas autoridades reais. E a partir de 1727, a cada período de seca, passaram a ser organizadas novas bandeiras no Arraial de Sant'Ana objetivando encontrar novas jazidas auríferas. Uma dessas

empresas foi organizada em 1729 tendo à frente o paulista Manoel Dias da Silva, resultando dessa expedição a descoberta dos veios auríferos do Rio Corumbá nas proximidades do local onde erigiram então o arraial de Santa Cruz. Nossas pesquisas sobre a tradição oral e nos arquivos eclesiásticos de Meia-Ponte, atual Pirenópolis, levaram-nos a concluir que a vanguarda da bandeira de Dias da Silva avançou então, como era costume em tais casos, em busca da mais alta cabeceira desse rio. Entretanto, antes de alcançá-la, seus componentes descobriram na confluência do Ribeirão Bagagem no Rio Corumbá uma promissora jazida aurífera que os levou a erigirem, as margens desse manancial, uma ermida e os seus ranchos, dando origem ao povoado de Corumbá. Compunham essa expedição Diogo Pires Moreira, Feliciano Cardoso de Carmargo, Estanislau de Toledo Piza, Gaspar Soares Garcia e Manoel Cavalheiro Lumbria além de seus cativos. Esses bandeirantes eram todos paulistas e aparentados entre si e com o guarda-mor Manoel Dias da Silva, a quem cabia repartir as minas descobertas. Seus garimpos foram instalados em mananciais próximos ao arraial por eles iniciado. Diogo garimpou no Rio Corumbá e no Ribeirão Bagagem, Estanislau nos riberões Bagagem e Baião, sendo que nesse último curso d'água também garimpavam Feliciano e Gaspar. Cavalheiro tinha o seu garimpo num dos afluentes do Bagagem que ganhou o seu nome. A notícia da descoberta de ouro no Corumbá e em alguns de seus tributários (como o Bagagem e o Baião), trouxe para o arraial um grande contingente humano. Como demonstram os arquivos eclesiásticos, a chegada de imigrantes no distrito corumbaense foi uma constante durante todo o século XVIII. Além de moradores dos arraiais goianos de Meia Ponte, Traíras, Santa Luzia e da capital (Vila Boa), também vieram para Corumbá portugueses, mineiros, cariocas, baianos, pernambucanos, matogrossenses, indígenas da região litorânea e africanos de algumas tribos, sendo que esses dois últimos grupos na condição de escravos.

BABILÔNIA SETECENTISTA

Os novos garimpeiros subiram então o Rio Corumbá rumo à sua nascente, descobrindo nesse percurso as ricas jazidas do Córrego Mandioccal e do Ribeirão da Prata, entre outras. Mais adiante depararam com os garimpos dos Mafra, com quem entraram em conflito. Enquanto isso, outros aventureiros desciam o trecho do Corumbá situado ao sul do arraial. Entre esses últimos estava o português Antônio Rodrigues Chaveiro cujo sobrenome passou a denominar o garimpo por ele organizado num dos córregos tributários do Corumbá (Córrego Chaveiro). Antônio possuiu ainda outros dois garimpos, um dos quais no Rio Corumbá nas proximidades do Córrego Chaveiro e outro no Ribeirão Bagagem. Aliás, esse ribeirão foi bateado em toda a sua extensão e ainda em três de seus afluentes, sendo notáveis os vestígios deixados na Fazenda Vendinha, nas proximidades da nascente do Bagagem. É interessante notar

que a bacia desse ribeirão não foi somente uma das primeiras a ser garimpada, mas também a mais intensamente vasculhada pelos mineiros e a única da qual sabemos o nome de pelo menos um empresário de cada garimpo. Mais tarde os garimpeiros alcançaram outras bacias hidrográficas mais distantes do arraial de Corumbá: as dos rios do Ouro, Capivari, Areias e Verde, totalizando 98 garimpos na região da Capela de Corumbá, dos quais 37 situados entre a nascente do Rio Corumbá e o arraial homônimo, no chamado tronco central da Bacia do Corumbá.

Com o objetivo de ajudar no abastecimento de viveres, surgiram na década de 1730 diversos sítios agrícolas na região de Corumbá. Alguns foram legalizados em 1739 através da obtenção de Cartas de Sesmaria concedidas ao Capitão Diogo Pires Moreira, ao Padre Manoel de Souza Soares, a Gaspar Soares Garcia e a Severina de Abreu Lima. Gaspar e Gregório lavraram a terra no Caminho de São Paulo. Já Severina e o Padre Soares criavam gado bovino no Caminho dos Currais do São Francisco, mesma atividade exercida por Diogo em seu sítio nas proximidades do arraial de Corumbá, junto ao Caminho do Norte.

AS GRANDES FÁBRICAS DE MINERAIS

É interessante notar que, apesar dos pioneiros de Corumbá serem paulistas, os maiores empresários da mineração em nossa região eram portugueses. O mais antigo deles foi o Sargento-Mor Antônio de Oliveira Costa, cujo nome passou a denominar o rio onde existiram dois de seus garimpos. Oliveira Costa possuiu ainda outros sete garimpos espalhados em alguns tributários desse rio, sendo que nas proximidades de um deles, o Córrego Coronel, Antônio mandou edificar sua residência, de onde comandava os garimpos. É possível que esses garimpos tenham permanecido sob a administração de sua viúva após a sua morte ocorrida em 1735. Prova disso é que ela pôde mais tarde enviar um dos seus filhos para estudar em Coimbra e até meados do século XX ainda viviam na fazenda banhada pelo córrego Coronel alguns descendentes legítimos do Sargento-Mor Oliveira Costa, aliás, com as mesmas características físicas dos seus antepassados.

Mas o maior mineiro da região de Corumbá foi o Sargento-Mór Antônio José de Campos. Segundo a tradição recebeu ele em Portugal o roteiro das minas dos Mafra e uma vez na Bacia do Corumbá, estabeleceu-se defronte ao Córrego da Euzébia, situado um pouco acima da Tapera dos Mafra. Ali erigiu um casarão, hoje conhecido como Tapera Grande, de onde dirigia os seus garimpos. Mais tarde Antônio mudou-se para o sítio Cachoeira do Corumbá onde em 1764 nasceu e foi batizado o seu 4º filho. Possuiu também lavras auríferas nas bacias do Rio Verde, do Ribeirão Bagagem e do Rio Areias, nas quais ainda podem ser vistas enormes escavações feitas por seus escravos, tendo possuído 24 garimpos no Distrito de Corumbá. Campos dedicou-se ainda ao comércio de fazenda e às atividades agrícolas. Dessa última

Memória do

A mineração em Corumbá

A mineração de ouro em Corumbá de Goiás foi avaliada por mais jovens historiadores goianos, mostra neste artigo (fontes documentais), que Corumbá talvez tenha sido um dos primeiros arraiais de Goiás.

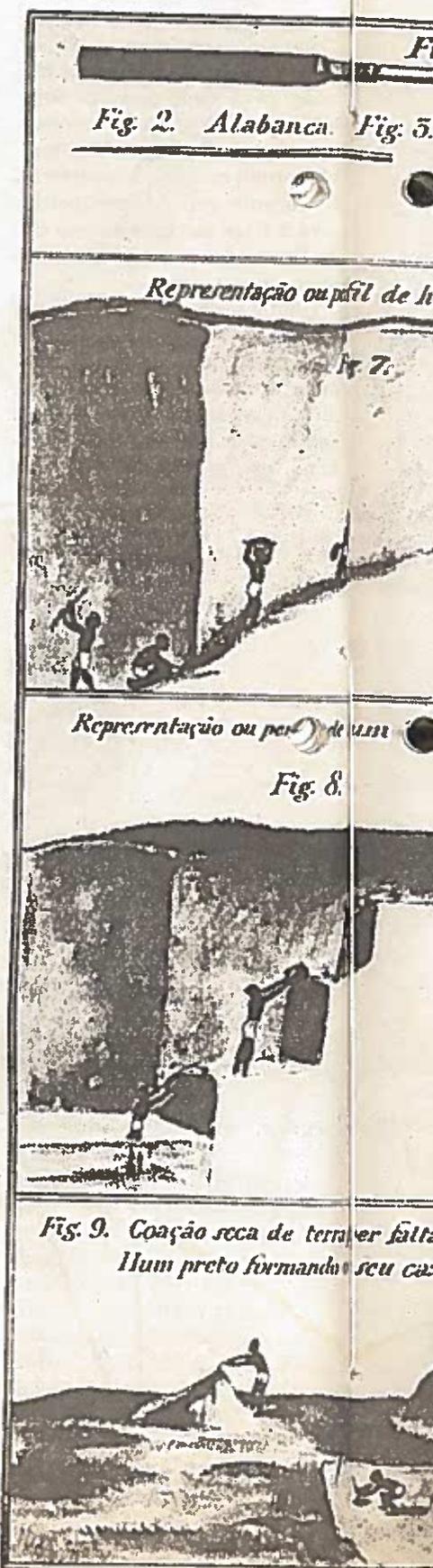
Entre outros fatos inéditos, revela que o recém-criado município de Corumbá teve seus primeiros mineradores do século 18, e relaciona diversas informações.

RAMO CUR

foi testemunha o governador da Capitania de Goiás, D. José de Almeida e Vasconcelos, que narrou em seu diário de viagem, escrito em 1778, sua passagem pela roça do Sargento-Mor Campos, situada nas proximidades do Córrego Euzébia. Cremos que essa diversificação de atividades foi decisiva para a sua sobrevivência empresarial na época do declínio da mineração, possibilitando-lhe deixar ao falecer, em 1795, um sólido patrimônio aos seus herdeiros, sendo que, das 13 propriedades rurais que legou (onde ficavam os seus garimpos), 5 ainda pertenciam aos seus descendentes em 1856, sendo que, esses, pela época já haviam adquirido outras fazendas. Antonio José doou para a capela do arraial de Corumbá uma imagem de N. Sra. da Penha em tamanho natural, que até hoje permanece na igreja matriz da cidade.

APOGEU AURÍFERO: O PADRE FOI MINERAR...

A década de 1760 foi das mais promissoras para a mineração em Corumbá. Somente no dia 6 de março de 1766, o Padre Manoel da Silva Maya batizou na Capela de N.S. da Penha nada menos que 9 negros adultos pertencentes ao mineiro Antônio Leite da Costa. Esse sacerdote, em janeiro de 1769, alforriou, no ato do batismo, a inocente Maria, cujo pai, Manoel Conde, obteve de seu senhor, o mineiro Sebastião de Conde, dono do garimpo do Córrego Condessa (Bacia do Rio Capivari), a libertação de sua filha mediante o pagamento de 32 oitavas de ouro. O próprio Padre Maya, no mês seguinte, deixou o curato de Corumbá para dedicar-se somente à mineração. Requereu assim, a 21 de março de 1769, a ratificação da provisão que obtivera antes, referente à posse de Data de Terras e Águas Minerais situadas em dois córregos tributários do Bagagem que ficavam nas proximidades do arraial de Corumbá. Essa ratificação foi-lhe concedida a 8 de agosto do mesmo ano pela Superintendência das Minas de Goiás. No mesmo dia em que dirigiu a supracitada petição, o Padre Maya obteve a concessão de outras 15 Datas de Terras e Águas Minerais no Rio Corumbá, tendo porém recebido do governo apenas 11 das 15 datas pedidas. Elas principiavam em frente à Capela de N.S. da Penha



do Planalto

Corumbá no período colonial

avaliada pelos antigos cronistas. Ramir Curado, um dos artigos (fruto de diversas pesquisas na tradição oral e nas fontes) um dos principais distritos mineratórios da Capitania de Goiás.

do município de Cocalzinho-GO já fora vasculhado pelos pesquisadores sobre as Datas de Terras e Águas Minerais.

RAMIR CURADO

Fig. 1. Verrucosa p. sondar o rio, e examinar os seus leitos.

Fig. 3. Almocafre. Fig. 4. Batca. Fig. 5. Carumbé. Fig. 6. Marreta.

Fig. 7. ... de hum serricho e desmontação a seco.

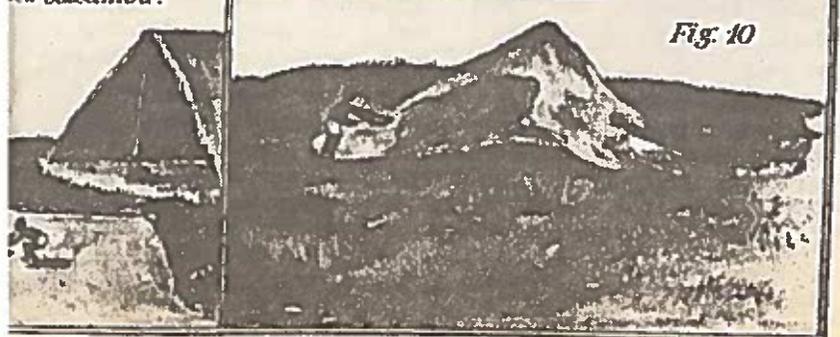


Fig. 8. ... que fazendo agua se ergotta por pias, e a força de braços.



Fig. 9. ... filtra d'agua. ... cu caxambú.

Fig. 10. Cuyacá em que se lava a terra ou caxalho de que se havia formado o caxambú.



indo até perto do poço que havia sido garimpado por Diogo Feres Moreira nos primórdios do arraial.

A SOCIEDADE DE COCALZINHO

Na década de 1770 a região do Distrito do Arraial de Corumbá viveu uma fase de transição econômica. O número de escravos decresceu, principalmente os importados. Enquanto na sua parte meridional (abaixo do arraial) surgiam várias fazendas dedicadas à agricultura, no vale do Bagagem e nas proximidades da nascente do Rio Corumbá, a mineração ainda era intensa. Dos empreendimentos de prospecção de ouro dessa época, o de maior monta foi o organizado nas lavras do Córrego Cocal e em suas adjacências. Nesse local foi constituída em 1779 uma sociedade de mineração da qual tomaram parte João Pereira Guimarães, João de Paiva Pereira e o Capitão Felisberto Ribeiro Ribas. De acordo com o contrato por eles firmado, cada sócio deveria colocar os seus escravos para trabalhar nas lavras dos córregos Cocal, Taquaral e Sucuri, cujo direito de exploração haviam obtido na Superintendência Geral das Terras e Águas Minerais das Minas de Goiás. Essa concedeu-lhes nos 3 córregos setenta Datas de Terras e Águas Minerais, das quais tomaram posse pela Guardamoria das Minas de Meia Ponte.

É interessante notarmos que, 4 anos depois, em 1783, (segundo Paulo Bertran), João Pereira Guimarães encontrava-se dirigindo um garimpo em Santa Luzia. Teria ele abandonado as lavras do Cocal? Ou estaria administrando simultaneamente os dois Garimpos? A verdade é que, a partir da década de 1780 a mineração entrou em declínio, não só na região de Corumbá como também no restante da Capitania. Isto ocorreu devido a uma série de fatores entre os quais merecem ser destacados a utilização de técnicas rudimentares, a falta de um processo mais racional nos trabalhos de prospecção, a utilização extremamente intensiva da mão-de-obra escrava e o não revestimento dos lucros obtidos nos garimpos por parte dos mineiros e a legislação que regia as minas, cujo caráter essencialmente fiscal demonstra a visão estreita dos governantes durante o período colonial.

RESTOS DA MINERAÇÃO

Uma amostra do declínio da mineração no Distrito de Corumbá no início do século XIX foi a doação, efetuada em 1813 pelos sócios remanescentes das minas do Cocal, Felisberto Ribeiro Ribas e Perpétua Maria Coelho, das terras da Vargem da Canga ao Padre Jerônimo José de Campos, filho do Sargento-Mor Antonio José de Campos. O motivo dessa doação era que eles haviam "Desistido da Atividade de Minerar", enquanto que aquele sacerdote, além de possuir suas terras misturadas com as dos doadores, ainda possuía seu serviço (de garimpo) aberto, "No qual trabalhava". Porém o processo de decadência dos garimpos ainda em atividade àquela época era tão acelerado que, cinco anos depois, em junho de 1818, Saint-Hilaire encontrou nas minas do Cocal apenas um falcador: — "Era um negro velho

liberto, que morava sozinho e provinha o seu sustento catando um pouco de ouro em pó no córrego próximo". Acrescenta ainda o ilustre viajante: Sua humilde morada testemunha sua extrema indigência". Porém no mesmo Cocal via-se então, por toda a parte, montes de pedras de resíduos das lavagens, num testemunho irrefutável dos tempos de prosperidade. As minas de Cocal situam-se nas proximidades de Cocalzinho, município instalado neste ano de 1993. A mineração, entretanto, não havia desaparecido totalmente do Distrito de Corumbá. Em sua estada no arraial no ano de 1823, o Brigadeiro Cunha Matos diz que os moradores dessa localidade dedicavam-se a uma mineração muito resumida. É que essa atividade econômica há muito deixara de ser o sustentáculo da população corumbaense, como constata em 1812 o Padre Silva e Souza: Corumbá era então um dos únicos arraiais goianos com atividade agropastoril e artesanal geradora de um excedente capaz de abastecer a Capitania de Goiás com fumo, toucinho e panos de algodão.

DISCORDÂNCIAS

A partir do início do presente século foram realizadas muitas pesquisas sobre a história de Corumbá. E no que refere-se à mineração, seus autores foram unânimes em afirmar a importância dos garimpos corumbaenses durante o período colonial. Foram eles os senhores Antônio Felix Curado, José Hercílio Fleury, Sylvio do Rosário Fleury, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, Benedito Odilon Rocha, Jarbas Jayme, Oton Gáudie, José Ardelino Curado e Agnelo Arlington F. Curado. E, mais recentemente, Paulo Bertran. Existem porém dois outros estudiosos que afirmam de modo diverso. O primeiro deles é um pesquisador da Codeplan que em 1981, num estudo sobre Corumbá afirmou que a riqueza resultante da exploração das minas corumbaenses "foi incipiente". O outro trabalho é da historiadora Gilka Vasconcelos Ferreira Sales, publicado em 1983, no qual afirma que logo após a descoberta do ouro no Rio Corumbá, esse se cobriu de falcadores, mas "que o ouro arrecadado em suas minas foi de pequena importância".

Esse estudo nos levou porém a concluir diferentemente. Conforme demonstram os vestígios espalhados em diversas propriedades rurais dos municípios de Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Abadiânia e Alexânia, localidades estas que compunham no período colonial o Distrito de Corumbá, existiram pelo menos 98 garimpos em toda essa região, sendo 47 na Bacia do Rio Corumbá (tronco central), 14 na do Rio Verde, 13 na do Ribeirão Bagagem, 11 na do Capivari, 8 na do Rio do Ouro e 5 na do Rio Areias, sendo que de alguns deles pudemos obter a Carta de Datas de Terras e Águas Minerais concedidas aos seus proprietários. Esse número, pelo menos em termos quantitativos, pode ser considerado

bem significativo no contexto goiano da época, principalmente se levarmos em conta que na vasta região de Traíras, (muito maior que a de Corumbá), existiram no começo da mineração, 31 lavras e grande número de faisqueiras e que no também extenso Termo de Vila Boa chegaram a garimpar 123 minas de ouro.

O DEPOIMENTO GEOLÓGICO

No que diz respeito às dimensões desses garimpos, temos o testemunho do mineralogista francês Francisco Henrique Raimundo Trigant Des Genettes, que em 1868 passou por Corumbá, onde encontrou vestígios de numerosos trabalhos feitos "pelos antigos mineiros para a exploração de ouro". Sendo que na Tapera Grande dos Campos viu "uma montanha de entulhos, restos de antigas lavagens, verdadeiramente monstruosa". Em 1990, o Geólogo da UnB, J. Oswaldo de Araújo Filho estudou os garimpos que Antônio José de Campos teve no Sítio Cachoeira do Corumbá (hoje Camping Salto Corumbá) e os que pertenceram a Antônio Rodrigues Chaveiro e que situavam-se no Rio Corumbá e no Córrego Chaveiro. Desse estudo concluiu que nos dois últimos garimpos, o volume estimado de retirada de material nas rochas foi de 34.700 m³, sendo portanto praticamente igual ao material retirado no Poço do Rasgão, Poço da Cachoeira e Poço Rico, que eram interligados e que juntos perfizeram um total de 33.000m³ de material. Dessa forma afirma ele: "Se considerarmos as duas regiões como representativas da mineração existente, poderemos supor que a remoção de material para se extrair ouro era a média para a época".

Outro geólogo que esteve visitando os vestígios dos antigos garimpos corumbaenses foi Tadeu Veiga, de quem reproduzimos o seguinte parecer: "Os textos históricos praticamente não fazem referência às lavras de Corumbá. Essa omissão não significa que essas lavras não eram importantes, visto estarem situadas em contexto geológico idêntico ao de Pirenópolis e Jaraguá, por exemplo, e dispõem em diversos casos de facilidade para utilização de água — requisito fundamental para a época, considerando a precariedade dos meios disponíveis. Além disso, no início do século XIX, por ocasião da visita de Saint-Hilaire e Pohl, o arraial de Corumbá estava em plena decadência, à maneira de outros centros produtores outrora prósperos.

Os estudos científicos dos vestígios dos garimpos auríferos de Corumbá estão apenas começando: até agora só nos foi possível obter pareceres técnicos a respeito de 5 dos 98 garimpos que existiram em seu distrito. Assim, o prosseguimento dessas pesquisas de campo e a descoberta de novos documentos referentes à mineração, poderão ajudar a traçar um panorama mais completo do que foi essa atividade econômica na região corumbaense e o seu verdadeiro significado no contexto goiano,

*RAMIR CURADO é historiador e economista. O presente artigo constitui-se de excertos de seu livro inédito sobre a história de Corumbá. Endereço para correspondência: Praça Monsenhor Chiquinho S/N—Corumbá de Goiás.

Crônica carnavalesca da história

“Pela passagem do Carnaval, o escritor Renato Vivacqua mostra a recorrência de velhos temas musicais eternizando, no correr do século, o País visto pela ótica das crises.”

RENATO VIVACQUA

Sindicato dos Escritores do DF

Fernando Madeira



Se realizarmos um inventário da música carnavalesca desde os seus primórdios, observaremos que ela foi um verdadeiro almanaque musicado, retratando com senso crítico e de maneira espirituosa o dia a dia da história.

Nenhum acontecimento digno de registro deixou de ser pinçado pelos argutos representantes de nosso cancionário popular: As descobertas da ciência, a política, as modas e modismos, os conflitos mundiais, as vicissitudes sociais.

Apesar de fascinante o tema parece, até hoje, não ter sensibilizado os estudiosos da MPB.

Neste artigo abordaremos apenas uma amostra da crônica carnavalesca como referencial histórico. O assunto é oportuno e atual: a eterna crise. A inflação, carestia e corrupção fazem parte de uma tríade já incorporada ao cotidiano tupiniquim. Os compositores populares sempre que puderam — durante o Estado Novo e após 1964 foram censurados — mas fizeram suas denúncias.

“Corrupção” de Saccomani, Totó e J. Maria, feita em 1958 é atualíssima: “Água no leite, mistura no pão/ Fazem café até de feijão/ É grande a exploração/ Todo mundo, todo mundo/ Mete a mão”. O parco salário em 1961 era cantado por Tito Mendes e Antonio Soares: “O que é que eu vou fazer agora/ Toda vez que sai aumento/ O patrão me manda embora”.

Já em 1928 Eduardo Souto esperneava: “O pobre povo brasileiro/ Não, não tem, não tem dinheiro”. Francisco Alves, em 48, lamentava-se através de Ary Barroso e Benedito Lacerda: “Está faltando um zero no meu ordenado/ Está faltando so-

la no meu sapato”. Em 51 Luiz Antonio e J.Jr. assinavam embaixo: “Sapato de pobre é tamanco/ Almoço de pobre é café, é café”. Dois anos depois o mesmo Luiz Antonio com Brazinha era sucesso: “Quatro horas da manhã/ Sai de casa o Zé Marmitta/ Pendurado na porta do trem/ Zé Marmitta vai e vem”. E continuavam os protestos. O de Olivio Santos e Inha em 1957: “Tá, tá caro, tá caro demais/ Subiu o ordenado e a bóia muito mais/ Desse jeito não pode continuar/ Qualquer dia eu abro a boca/ E encho a barriga de ar”. Antonio Almeida e José Batista em “Vai tudo bem” captaram com inteligência o escapismo do zé-povinho: “Não há água nem leite nem pão/ Carne não se come, faz baixar a pressão/ O café vai de marcha à ré/ Em compensação o Brasil foi campeão”. A falta de feijão no prato dos descamisados era reclamada em 1960 por Nelson Trigueiro, Elpidio Vianna e F. Mesquita: “O meu caçula me perguntou com razão/ Papai, o que é, o que é feijão?” Em 1967 já escondiam o boi. Romeu Gentil, Paquito e Mário Rossi já delatavam: “É só feijão e arroz/ E a mulher falou que esconderam o boi”.

A crise de moradia tem barbas longas. A antológica “Pedreiro Waldemar” de Wilson Batista e Roberto Martins. “Você conhece o pedreiro Waldemar?/ Não conhece/ Mas eu vou lhe apresentar/ Faz tanta casa mas não tem casa pra morar”. Em 51 nada mudou conforme mostram Peter Pan e Afonso Teixeira: “Há quanto tempo eu não tenho onde morar/ Se é chuva apanho chuva/ Se é sol apanho sol/ Francamente pra viver nessa agonia/ Eu preferia ter nascido caracol”. Em 1950

Paquito e Romeu Gentil haviam alertado: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira/ Onde é que eu vou morar/ O senhor tem paciência de esperar/ Ainda mais com quatro filhos/ Onde é que eu vou parar”. O samba de Otolino Lopes e Adauto Michillis chega a ser dramático — “Pobre não tem dinheiro pra gastar/ Pobre não tem casa pra morar/ Ai doutor tem compaixão/ Dê ao pobre um pedaço de pão”. Um deputado em 1959, criou um projeto de lei, acreditem, propondo que se pintasse de amarelo as favelas para torná-las atração turística. J. Jr. e Oldemar Magalhães não deixaram a sandice passar em branco: “Favela amarela, ironia da vida/ Pintem a favela/ Façam aquarela/ Da miséria colorida”.

Apesar de todas as poções mágicas dos economistas a inflação está aí mordendo nossos calcanhares. Em 1963 Mário Rossi e Newton Teixeira compuseram “Inflação”: “O dinheiro não dá pra comer/ O carnaval está aí/ Como é que vai ser?” Pedro Caetano, Alcyr Pires Vermelho mais recentemente ironizaram: “É dose pra leão/ O Doutor Planejamento/ Já “deu fim” à inflação”. Chacrinha e João Roberto Kelly ensinam a driblá-la: “Olha o pacotão/ Olha o pacotão da nega/ A galera fica louca/ E se esquece da inflação”.

Na realidade, depois do desfile acima, ficamos com a certeza de que já vimos e veremos esse filme muitas vezes.

*RENATO VIVACQUA é bacharel em Direito e Fisioterapia. Contista, poeta, cronista e historiador da Música Popular, já tendo publicado dois livros: “Música Popular Brasileira — Histórias de sua gente” e “Música Popular Brasileira — Cantos e Encantos”. Endereço para correspondência: SQN — 312, Bloco E — Aptº 602 70.765-050 — Brasília-DF.

Aventura linguística

ADOVALDO FERNANDES SAMPAIO

Fundação Pedro Ludovico

“Linguista e ensaísta com participação em movimentos internacionais destinados à preservação de idiomas regionais, Adovaldo Sampaio concluiu há pouco o inédito “Línguas e Dialectos Românticos”, de que a revista PAC’ARTS de Marselha publicou uma síntese. Neste artigo Adovaldo estende-se sobre as peripécias da pesquisa linguística”.

Há algum tempo precisei preparar uma lista, o mais completa possível, das línguas derivadas do latim e dos dialetos nascidos dessas línguas. Todas as obras de referência e de divulgação, em várias línguas que consultei, traziam lacunas, e então tive de fazer pesquisas diretas. Enviei mais de 500 questionários a professores, padres, escritores e jornalistas em diversos países, em dezenas de cidades e localidades.

A maioria dos destinatários tiveram a generosidade de responder-me, e, assim, pude reunir um material do mais alto nível. O presidente da Região Provença-Alpes-Côte d’Azur, Jean-Claude Gaudin, e o sr. An-

dré Aries, conselheiro para a Cultura Provençal, por exemplo, enviaram-me os dois volumes de uma preciosidade: o célebre Tresor dóu Felibrige de Frédéric Mistral, cuja hercúlea capacidade de trabalho só merece admiração, assim como um exemplar da excelente Grammaire Provençale, de Louis Bayle. Ainda, no que se refere ao surpreendente universo do provençal, recebi a gentil e preciosa colaboração do Chanceler Bry, arcebispo de Aix-en-Provence, do Chanceler Bernard Fougères, bispo de Nîmes e do abade Jean Saint-Pierre, presbítero de Collias, que me propiciaram informações muito úteis. O Chanceler Fougères

me deu um Missau e Rituau en Lengo Nostro.

No caso, a literatura de Provença exerceu uma larga influência na literatura portuguesa (trovadores; as palavras trovador, trova, trovar, viagem e estrangeiro provêm do provençal), e há no Brasil vários pesquisadores interessados na língua e na cultura da Provença, para estabelecerem comparações gramaticais, linguísticas e filológicas. Mais que os trovadores e as guerras religiosas, a língua provençal, apresenta para nós um interesse permanente (cultural, histórico, linguístico, filológico e gramatical) no conjunto das línguas românicas, por causa de sua beleza, riqueza e

Fernando Madeira



tenacidade. O escritor, lexicógrafo e diplomata goiano William Agel de Melo, apaixonado pela Provença, por seu povo e por sua língua, publicou um Dicionário Provençal-Português/Português - Provençal, conforme figura na relação de suas obras na página 8 do seu Dicionário Português-Romeno (Editora Oriente, Goiânia, 1978).

Para realizar meu trabalho, contei com a solidária gentileza de pessoas como o Padre Jean Moulin (Bispado de Grenoble), que pediu ao Padre Jean Godel (Diocese de Grenoble, Paróquias de Saint-Ismier e de Saint-Nazaire-Les-Eymes), que pediu ao Padre Chapel-

Prudhomme de Saint-Jean de Moirans, que pediu a sua mãe, em idade avançada, que reconstituisse para mim a Ave-Maria e o Pai-Nosso em patois delfinês.

E assim vimos alargando as fronteiras da România — esse território não-contérmino que abriga a comunidade das populações que falam línguas e dialetos românicos. (A própria comunidade se chama România.) Mergulhei então, com paixão e prazer, nos domínios da latiniidade. E fiz descobertas realmente emocionantes.

O papiamento, que é uma curiosa mistura linguística (espanhol, português, inglês, holandês e dialetos africanos), um coquetel de línguas, falado em Cu-

ração e em Aruba.

Os caprichos da política: a língua falada na Moldávia (ex-república da ex-União Soviética) é o romeno, mas de 1944 e 1989 ela foi escrita em alfabeto cirílico, como se fosse uma outra língua.

A luta de Cantalansa (vigário de Rodez), do grupo que edita a revista *Lou Felibrige*, em Toulon, do Professor Pierre Bonnaud (do Cercle Terre d'Auvergne), da Lia Rumantscha, em Coire, Suíça, do Office Régional de la Culture (Conseil Régional Provence-Alpes-Côte d'Azur) e de muitos outros que lutam pela defesa, ilustração e difusão das línguas regionais.

E dizer que várias dessas lín-

guas e dialetos estão seriamente ameaçados de desaparecimento. Cada língua e dialeto que desaparecem significa a perda de um precioso tesouro da humanidade. Inegavelmente a linguagem é a mais importante invenção humana. Cada palavra de uma língua é o resultado de uma experiência única, inalienável, jamais repetida. Quando Urdina Burbur, o último falante do dalmata, morreu, levou consigo todo o patrimônio cultural e todas as emoções de um povo.

As línguas pertencem ao patrimônio da humanidade, e nenhuma língua é pobre nem insignificante. Cada língua sabe exprimir — à sua maneira — o amor, a paixão, a ternura, a soli-

dariedade, a generosidade, os desejos, os prazeres e os dias, a condição humana. E a perplexidade do lobo que, em sua jaula, anda de um lado para outro, à espera de que, de repente, um milagre o devolva aos desfiladeiros de sua infância. E o encontro com pessoas e coisas que, de muito esperadas, acabam por nos decepcionar. Porque a mesma mão que é capaz de acionar o botão que detona a bomba portadora da morte, pode, também, despertar a volúpia na nuca da mulher amada.

*ADOVALDO FERNANDES SAMPAIO é Diretor de Ação Cultural da Fundação Pedro Ludovico. Endereço para correspondência: Caixa Postal 5284 Cep: 74025-971 Goiânia-GO.

Éco-História:

Comeres Antigos

“Os alimentos são produtos ambientais e seu uso observa certas interações históricas, sugere o autor do artigo, ao examinar algumas tradições culinárias do cerrado”

PAULO BERTRAN

Academia de Letras e Artes do Planalto
Câmara Legislativa do DF.

que se comia nas minas se-
tecentistas do sertão brasi-
leiro?

A crer-se numa carta que de Traíras (GO) escreveu um pe. Manuel Caetano, no ano do primeiro descobrimento das minas do Alto Tocantins (1736), e que o Padre, pela enorme carestia, esmiuça em itens, ficamos sabendo sobre a ração mínima do colonizador em um caso limite.

Primeiríssimo a ser lembrado, o milho, tanto para os animais quanto para o sustento humano. Farinha, sem esclarecer-se se de milho, mandioca ou, improvável, de trigo. Feijão, caríssimo. Toucinho de porco, vendido quando muito por libra de peso. Galinha. Frango. Ovos. De vaca tudo se comia: cabeça, língua, miúdos, carne seca, carne verde, e como é sabido, o berro. Mas não era a vianda preferida, como também entende o mineiro Eduardo Frieiro. Dos frutos de coleta natural da terra, o primeiro lembrado é o palmito de “guariroba”, tão substancioso que dava-se aos doentes, verdadeira salvação nos ermos. Aliás foi o que deu fôlego à primeira entrada do descobridor de Goiás, o Anhanguera, como lembrou-se de registrar o seu cronista Silva Braga.

A caça mais lembrada é a do veado. E a pesca era de qualquer peixe, de que parece não havia grande população naquelas alturas do Tocantins. Devia de haver também consumo de antas, capivaras, tatus, mas não

foram citados, como não o foram moluscos, insetos, inhames diversos que faziam parte da dieta indígena. O Padre de Traíras não se lembrou, mas sal, açúcar, rapadura, melaço e mel seriam habituais à dieta do colonizador.

Na verdade o grande desespero do padre quanto à fome era a escassez de produtos de origem animal, carne sobretudo. Vá comparar-se com as civilizações herbívoras do oriente! O português colonizador — e o africano — e o índio — encontraram-se sem conflito na semelhança pelo gosto de proteína na alimentação, o mata-fome às custas da mais próxima fonte animal.

Com a honrosa menção e excessão ao palmito de guariroba, quiçá ao piqui esporádico, a culinária inicial era sonhadamente carnívora, se temos em conta que o milho e as farinhas fazem figuras complementares. Do arroz, no entanto, não há qualquer menção. Viria mais para o fim do Século 18, quando já se cultivava em escala no sul de Minas. Curiosamente — Suza-

professor de latim em Meia Ponte, lembra-se de uma festa em Corumbá de Goiás, onde pelo finzinho do século andou comendo leitões mal assados, uns pães de arroz “mal amassados”

acharia em bebedeiras com o vinho que em Vila Boa produzia o Cirurgião — Mor Neiva, e que pela latitude e clima, devia levar à morte certa.

Aguardente desde sempre houve no sertão. Um dos fabricantes que vejo citado nos pri-

COMIDA, MEIO AMBIENTE, CULTURA

Aos poucos, na mesologia do cerrado, ia brotar uma culinária própria adaptada, estribada em idiosincrasias de um meio ambiente, que sob muitos aspectos, era novo ao colonizador e que o encaminharia ao consumo de alimentos cuja produção adaptava-se à região. E talvez a metabolizar diferente, comer diferente, face ao clima, ao calor, à ausência de iodo e sais raros nos ares e na água. Assim os doces antigos foram muito doces, o café abusivo e melado, a gordura e os óleos besuntados, características que entre muitas outras, podem obscuramente explicar-se pela adaptação antártica.

De Goiás exportou-se algumas modas para a culinária do Triângulo Mineiro. Pertenceu a região ao bispado de Vila Boa por dois séculos, e os padres goianos, pastores dos vilarejos surgentes, por certo sugeriram às matronas preocupadas obsequiar os pobres curas sertão, o gostinho, a forma de

fazer acepipes que os lembrassem do lar remoto. E ademais lá é Cerrado puro, de mesetas, diferente do resto das Gerais, ajustando-se então caçarola e tampa.

É deste século, porém, a perpetuação da culinária goiana em seu formato atual.

A exemplo de Brillat — *Srin*, deve-se a três intelectuais goianos de primeiro plano, a fixação, muitas vezes a reinvenção, das tradições culinárias de dois séculos volvidos.

Primeiro, anos de 1960 e 1970, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a fortíssima poeta e doceira Cora Coralina. Quando D. Cora voltou a Vila Boa depois de meia vida no estrangeiro de São Paulo, trazia um vasto conhecimento de pa-deira e quituteira e realizou grande releitura de velhas receitas goianas, dividindo os resultados com outras mestras da Cidade de Goiás. A mistura de poesia e culinária produziu efeitos devastadores — e Cora soube tão bem misturá-los que a partir daí surgiu uma forma goiana de exaltação poética do de-comer.

Nos anos 70 veio a lume esplêndido “Cozinha Goiana” de Bariani Ortêncio, de que nunca dispus de exemplar fixo, posto que a cada casamento e desca-samento, em toda minha vasta livraria foi sempre o que as con-sortes levaram.

meiríssimos tempos é certo Manoel Gomes que deixou seu nome ao córrego que faz barra com o Rio Vermelho em Vila Boa. Ademais, pela virada do século, pululavam pelas minas engenhocas e engenhos de cana e de farinha, como lê-se na “Notícia Geral” e na memória estatística do Padre Silva e Souza.

ne Chantal conta — pela mesma época já o arroz com feijão é prato muito apreciado em todas as classes, em Portugal.

Meio século depois, passadas as fomes, e os ouros, com a terra mais ancha do de comer, o poeta árcaico Bartolomeu Cordovil,

e um “azedo e sujo aluá”, que é um refresco de cascas de frutas ácidas, sobretudo o abacaxi, como a tudo informa Bariani Ortêncio, em seu “Dicionário do Brasil Central”. Cordovil porém, nessa época, era um velho frustrado que só consolo



Amanhece o dia 21 de abril de 2010. Friozinho úmido e gostoso, uma névoa cobre toda a cidade. Daqui a pouco vai começar a festa do cinquentenário de Brasília.

Gustavo, meu neto, tem 21 anos, está um galalau, mais alto que eu. Como se fosse uma ilha, vive cercado de garotas por todos os lados. Vou caminhando com ele pela orla pavimentada do Lago e na conversa eu lhe falo de minhas lembranças das comemorações dos 30 anos da cidade. Ele era tão pequeno, um pastelzinho fofo, eu estava assumindo a Secretaria de Cultura e Esporte do GDF.

Tempo bom, aquele. Foi um trabalho, mas consegui cumprir o que prometi. Agora que já passei dos setenta, posso dizer que valeu a pena.

Como a cidade se embelezou nesses anos! Era notória a preocupação geral com o anel de pobreza que cercava o Plano Piloto. Havia quem temesse invasão, até a desestabilização do governo. Felizmente, uma sentença política de assentamentos estabeleceu a paz nas redondezas de Brasília e melhorou o padrão de vida da população; um trabalho profundo no campo social reduziu a migração antes existente e se alcançou um satisfatório equilíbrio demográfico que hoje permite vida confortável aos 4 milhões de habitantes do Distrito Federal.

Foi ótima a criação, no final do século, do novo subúrbio de Interlagos. Excelente opção residencial para a classe média, sufocada pela falta de perspectiva habitacional num Plano Piloto sem mais espaço. Realmente, Interlagos é hoje um gostosíssimo lugar para se viver, tem o jeitão dos melhores bairros do mundo. Belas casas sem muros, jardins que são tapetes relvados e uma vida sem sobressaltos. Tudo isso ligado ao centro de Brasília por formidável autoestrada que permite uma viagem segura em questão de vinte minutos.

Mas quanta coisa mais foi realizada de 90 para cá! Que beleza o metrô de superfície, que depois mergulha no Plano Piloto, e os bondinhos de cristal que serpenteiam, silenciosos, pelos gramados brasilienses, mais uma exclusividade da cidade. Lá vão eles, rolando por uma paisagem exuberante.

Sobre paisagem, aliás, cabe um comentário. Em apenas 50 anos Brasília galgou todos os degraus de uma espécie de hierarquia ecológica urbana: de um descampadão vermelho e árido tornou-se um jardim, depois virou parque e hoje é uma verdadeira cidade-bosque. Com isso, mantém e amplia sua liderança mundial em área verde por habitante, título honrosíssimo, além de ser autêntico privilégio

para seus moradores.

As superquadras — na verdade, cidadezinhas de cerca de 4 mil habitantes cada uma — finalmente se organizaram em prefeituras comunitárias. Elas promovem competições esportivas e culturais com suas coirmãs, o que tem produzido estimulantes torneios inter-blocos, inter-quadras, inter-asas e intercidades, e como surgem novos talentos nessas ocasiões!

O problema da seca, que assolava a cidade durante a metade do ano, foi sensivelmente atenuado com o emprego da solução óbvia: água em abundância. Agora há centenas de chafarizes espalhados pelas quadras, eixos e esplanadas, e aspersores gigantes que espalham uma delicada nuvem d'água até o sexto andar dos edifícios. De noite o espetáculo é deslumbrante e surrealista: esse pó líquido é iluminado por holofotes coloridos, o que faz cair o queixo de quem chega à cidade e nem acredita no que vê.

Nesse contexto, o bombolê de Dona Sara ganhou o maior chafariz do Brasil. É como um cartão de visitas hídrico aos que desembarcam na cidade e logo tomam contato com a importância

que ela atribui à água em sua vida.

E por falar em água, discute-se um projeto novo e delirante. Ele prevê a construção de um canal que passará justamente pelo meio do Eixão, em toda a sua extensão, de norte a sul. O canal, naturalmente, terá pontes sobre seu leito e poderá ser percorrido por barcos — quem sabe até por gôndolas, daí surgindo a veneza do Planalto, já pensou que loucura e que beleza?

A cidade está toda perfumada. Cada superquadra tem sua flor própria, eleita pelos moradores. O que era antigamente conhecido como 114 Sul, por exemplo, hoje é a Quadra das Acácias, assim como a 202 Norte é a Quadra dos Gerânios.

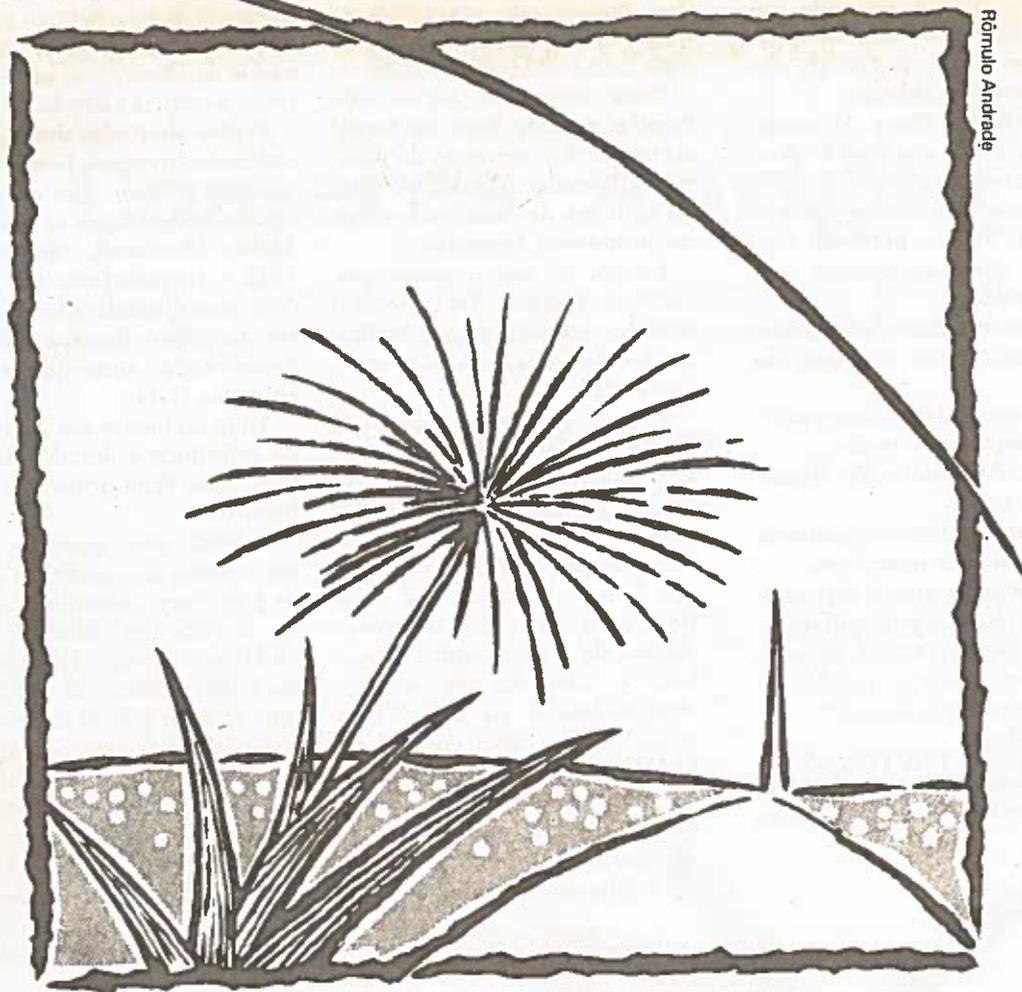
Viajamos de trem-bala para o Rio e São Paulo em apenas três horas e são magníficas as estradas que passam por Brasília levando a Caracas e a Lima. O percurso é tranquilo e silencioso nos excelentes carros elétricos nacionais. Petróleo e álcool são coisas do passado.

Até o clima da cidade mudou muito. Quem podia imaginar a neve que caiu aqui ano passado,

e como foi bonito ver a garotada de gorrinhos de lã descendo de esqui os tobogãs e andando de trenó no Parque!

A propósito, o Parque Ecológico Norte é uma esplêndida realidade. A ala dos Estados — cada estado brasileiro miniaturizado, permitindo conhecer todo o Brasil a pé em poucos minutos — tornou-se a maior atração turística da cidade e uma das maiores do País. Brasília está ecologicamente madura. Aqui, progresso e equilíbrio ecológico convivem em harmonia, como recomenda o mais elementar bom senso.

Ainda neste ano será inaugurada a Disneylândia, nas imediações de Brasília. Nada mais lógico, até pela privilegiada localização da cidade no mapa da América Latina. Nem é por outro motivo, também que Brasília foi cogitada para ser a capital do novo país que nascerá com o nome de América Meridional. Acabou sendo Quito, o que é compreensível, para não haver exagerado desequilíbrio político. Aliás, parece que vai dar muito certo essa união dos países latino-americanos — como deu na Europa, a partir de 1992. O mundo caminha para



Brasília, Cinquenta Anos

“A necessidade de resgatar o futuro e sua esperança em meio ao desalento do fim de século, leva aqui o escritor MÁRCIO COTRIM a exprimir seu desejo de utopia para Brasília.”

MÁRCIO COTRIM

ser um só. Afinal, já há gente nossa em Marte e em Vênus e os fantásticos contatos com seres extraterrenos provam que não estamos sós no Universo.

O Lago está que dá gosto. Completamente limpo — trabalho caríssimo e difícil, concluído nos anos 90 —, é hoje um centro náutico e turístico de prestígio internacional. Tem quatro pontes e suas margens estão cheias de restaurantes bem cuidados, marinas públicas e estupendos pontos de visita obrigatória como a Ermida Dom Bosco. O “bateau mouche”, um barco enorme, lindo e todo iluminado, sempre com baile a bordo, tornou-se uma grande atração da cidade. Melhor para os hoteleiros locais, que há anos vivem rindo de orelha a orelha.

Essa felicidade começou em 1993, em Montecarlo, quando Brasília foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos do ano 2000. Desde então a vida da cidade mudou completamente. De fato, o evento foi a coisa mais importante acontecida aqui até hoje. Não dá para esquecer a repercussão, Brasília em todas as manchetes do Planeta.

Embora já se tenham passado dez anos, todo mundo tem viva na memória a evidência de Brasília na imprensa mundial. E que ótimo desempenho tiveram nossos atletas! Também pudera, foram preparados durante oito anos com a melhor técnica e um entusiasmo que contagiou a alma brasileira. Resultado: subiram 194 vezes ao pódio, colocando o Brasil em posição de destaque no cenário esportivo internacional. E que dizer da Vila Olímpica projetada por Niemeyer, agora um bairro lindo, bucólico herdado das Olimpíadas!

A cidade se consolidou e é hoje uma das mais bonitas do mundo. O Brasil cumpriu seu destino de nação grande, a humanidade deixou de lado a boçalidade da guerra, preferiu cuidar do progresso e finalmente vive em paz.

Brasília termina a primeira década do terceiro milênio no rumo místico que lhe está reservado. Há tranquilidade e esperança no futuro. Basta olhar de soslaio para Gustavo, bem a meu lado. Quanto a mim, conto com o avanço científico para, quem sabe, estar presente à festa do centenário em 2060...

De qualquer forma, só o fato de haver acreditado e trabalhado por Brasília já valeu toda uma vida.

16 abr 90

*MÁRCIO COTRIM é ex-secretário de Cultura do DF e cronista com vários livros publicados. A presente crônica foi extraída do livro “O Sapato Alto e a Paz Mundial”, Plural Editora, Brasília, 1992. Endereço para correspondência: Correio Brasiliense — Setor de Indústrias Gráficas — Brasília-DF.

Turcos do Brasil Central:

Imigrações, Cultura, Tradições

“Os Sírio-libaneses, impropriamente chamados de turcos, constituíram o principal contingente migratório estrangeiro para o Planalto Central neste século. No presente artigo o escritor Jacy Siqueira expõe os resultados de um estudo que empreendeu sobre o quase inédito assunto.”

Jacy Siqueira

É por demais sabido, a cultura européia, portuguesa, chegou ao Brasil Central pelos pés e mãos do bandeirante paulista. No Estado de Goiás, pelo fato de serem originários de São Paulo os descobridores do ouro goiano e, dentre estes, o primeiro superintendente das Minas dos Goias, corrente é afirmação de que o território goiano foi povoado por paulistas. Entretanto, até a presente data (dezembro de 1992) nenhum estudo ou levantamento foi feito, e que seja do meu conhecimento, comprovando essa afirmação.

Na verdade, com relação a origens de correntes migratórias, nos séculos XVIII e XIX, cujo destino comum tenha sido o território de Goiás, nada se sabe. Entretanto, há uma obra que — pela segurança e sinceridade de seu autor, pela abundância de documentos nela extratados — oferece indícios razoáveis dessas correntes migratórias naqueles dois séculos: *Famílias Pirenopolinas*, de Jarbas Jayme, onde levantadas estão as árvores genealógicas de 139 famílias.

Procedendo à contagem, segundo a naturalidade dos respectivos genearcas dessas famílias em Pirenópolis, encontrei:

- a) do Brasil, inclusive de Goiás 49
- b) de Portugal, inclusive Açores e Ilha da Madeira 51
- c) de origem africana, sem indicação de país 25
- d) da Suíça 1
- e) agnógenos 13

A predominância de genearcas de origem portuguesa à primeira vista é uma surpresa, mas ela se torna menos surpreendente recordando-se que, no Brasil Colônia, os principais cargos e postos das capitânicas eram atribuídos pela Coroa a reinóis, portugueses de nascimento, em detrimento dos naturais da Colônia, com o que Portugal mantinha seu domínio.

Das 51 famílias, cujos genearcas nasceram em alguma parte do Brasil, são eles originários de:

- a) São Paulo 16
- b) Goiás, inclusive de Pirenópolis 22
- c) Minas Gerais 6
- d) Bahia 3
- e) Pernambuco 2
- f) Rio de Janeiro 1
- g) Maranhão 1

Reportando às origens de genearcas que fixaram residência em Pirenópolis ao longo dos séculos XVIII e XIX, os dois quadros estão longe de refletir as correntes migratórias para o Estado de Goiás; servem ambos apenas para possibilitar uma idéia esmaecida do que foram aquelas correntes no período considerado. É evidente que, se os estudos genealógicos de Jarbas enfocassem Rio Verde ou

Jataí, Mineiros ou Iporá, os dois quadros traduziram realidade bem diversa, tanto em face do período considerado como em relação a nacionalidades e naturalidades dos genearcas. O mesmo se pode afirmar, caso o escritor pirenopolino tivesse escolhido para seus estudos Catalão ou Ipameri, Pires do Rio ou Anápolis.

Entretanto, os dois quadros, levantados na importante obra de Jarbas Jayme, não exibem um retrato tão ruim quanto se imagina. Como uma amostragem, eles acentuam e deixam nítidos traços peculiares do ciclo do ouro de Goiás, as possíveis origens das famílias que ajudaram a construir as mais antigas cidades goianas: Goiás, Pirenópolis, Santa Cruz de Goiás e outras, todas emergidas num período em que as autoridades portuguesas fecharam os caminhos (ou tentaram fechá-los) para as Minas dos Goias, declarando indesejável, e até proibida, a presença nelas de quem não fosse português ou da antiga Capitania de São Paulo, como narram antigos documentos.

No século XIX as regras contrárias à imigração estrangeira para o Brasil foram sensivelmente suavizadas, quer no advento da Independência, por necessidade estratégica, isto é, como meio de obter forças para o caso de guerra contra Portugal, quer ao longo do período monárquico de Dom Pedro I, sobretudo a partir de seu primeiro casamento, quando o Brasil recebeu missões científicas de países como a Áustria, França etc. Mas foi o Imperador Dom Pedro II o grande incentivador e promotor da intensificação de correntes migratórias da Europa para o Brasil, como ainda hoje atestam as colônias de italianos, alemães, poloneses etc., que se localizaram principalmente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Goiás, limitando-me à cidade de Goiás, encontram-se indicações e indícios de permanência e residência de estrangeiros: chácara do Baumann, que depois veio a ser por mais de duas décadas a residência de um dos ilustres goia-

nos — Dr. Sebastião Fleury Curado —, e Moreti Foggia, que se transformou no topônimo de uma das principais ruas da ex-capital goiana. Outras houveram, no que creio firmemente, mas delas não tenho informações.

Oscar Leal (1892), em *Viagem às Terras Goianas*, refere-se a um certo Nicolau Joseph ou Joseph Nicolau (o próprio dentista-viandante confessou não saber ao certo), francês que teria sido o primeiro fabricante de cerveja em Goiás, e a um Cunha, “rapaz d’além mar”, mas

nhóis, italianos, e até mesmo uma família escocesa (em Itaberaí); japoneses, suíços, franceses, holandeses, poloneses e, mais tarde, russos, gregos, americanos e gente de outras nacionalidades que ainda não identifiquei, escapando isto do âmbito de meus propósitos. Entre eles, mas como uma vanguarda precursora, já pelo limiar do século e no Triângulo Mineiro, os sírio-libaneses vinham chegando. Porém, desde 1892 ou 1895, segundo me informou o Sr. Said Miguel Dhaer, já se assinala a presença na cidade de Goiás de



Fernando Maderia

não indicou sua nacionalidade. Em outro local, glosando os dominicanos então em Silvânia, deixou claro que eram italianos, e anotou: “Fala-se no estado goiano contra os turcos, fazem-nos pagar exorbitantes impostos, a esses pobres boêmios que sofrem os ardores do sol, viajando a pé léguas e léguas, para vender por pouco mais de nada as bugigangas que carregam às costas”. Parece-me que eram ciganos e não turcos, sendo este gentílico reservado aos naturais da Turquia. Também Augusta de Faro Fleury Curado, no seu diário de 1896 — Uma viagem a Goiás —, assinala num pouso a presença de um bando de ciganos acampado próximo.

No século XX multiplicam-se as correntes migratórias para Goiás. De memória e sem ordem cronológica: alemães, espa-

pelos menos uma família de origem árabe — os Pelles — e mais outra, em 1908, com a chegada dos Sade.

No artigo “Saga e folclore dos turcos em Anápolis”, José Asmar registrou que, em Anápolis, a primeira família “turca” — os Spir — lá chegou em 1903, acrescentando adiante: “Na década de 1911 a 1920, a colônia (sírio-libanesa) adquire vulto.”

Restringindo-me à região de meu particular interesse e foco de meus estudos, anoto que, ainda na passagem dos anos 10 para os anos 20 do corrente século, o “Correio Oficial” registrava apelo do vigário de Santa Cruz de Goiás pedindo ajuda para fixar famílias alemãs chegadas às margens do rio Corumbá, no extinto povoado de Roncador. Wilson Cavalcanti Nogueira no livro *Pires do Rio* —

um marco da História de Goiás, aborda ligeiramente a colônia alemã em terras santa-cruzanais, inclusive a venda de preciosos utensílios de uso pessoal e de uso doméstico, o desespero ante a possibilidade de fome, até o suicídio, por enforcamento, de uma jovem alemã.

Isto tudo, porém, não passa de levantamento ligeiro, anotações recolhidas às pressas, que responderam à necessidade imediata.

COMEÇA A INVASÃO ÁRABE

Observo de imediato: ainda não consegui precisar quando o mascate apareceu em Goiás. Tomado o termo no seu sentido literal, pode-se afirmar que ele aqui chegou junto com as levas de mineradores e aventureiros, nos primeiros tempos das Minas dos Goias. E é, pelo menos, o que se encontra nas “Notícias do Julgado de Santa Cruz em o ano de 1783”, confirmando sua presença pelos caminhos e nas vilas e arraiais goianos de então: “Hão em o dito arraial do Bonfim (Silvânia) 42 escravos faisca-dores pertencentes a todos e também hão dez tavernas, os mascates de fazenda (tecido) poucos dias se demoram em o dito arraial.”

O mascate, neste estudo considerado, somente o trem de ferro, ou a antiga jardineira, poderia trazer, embora alguns tenham alcançado várias cidades goianas, para mercadejar, levando suas malas em lombo de burro. Ele, porém, não pode ser confundido com o tropeiro ou com os cometas, que Oscar Leal qualificou de “agentes viajantes de casas comerciais do Rio de Janeiro e S. Paulo”. Vou descrevê-lo.

Era o mascate, em geral, de estatura mediana para alta, bem posto, de bons músculos e dentes. Falava algaravia, fazendo-se entender e entendia a fala da gente de uma pátria que não era a sua, em que era o estrangeiro, o “turco”, palavra às vezes pronunciada como insulto, outras vezes denotando estima. Usava calças largas, folgadas, com bolsos fundos, onde guardava maços de notas separadas pelos respectivos valores:

as menores de um lado e as maiores do outro. No bolso trazia um grande lenço, amarrado, de frequente uso para enxugar o suor do rosto, da nuca e axilas. Bons calçados, mas não de luxo; camisa de tom alegre e gravata idem, completando a vestimenta o paletó, que nunca combinava com as calças.

Calmamente e paciente com todos, adultos e crianças, jovens e velhos, mas sem medo de enfrentar o desconhecido ou o desafeto, e dotado de notável espírito tenaz na consecução de seus objetivos. Se pouco exigente quanto a vestir e dormir, quanto a comer gostava de comida boa e farta à base de carnes, cebola, alho e azeite, variedade de verduras e legumes, pepino a valer, que preferia com coalhada, melancia temperada com pimentado-reino moída. Discreto com as bebidas alcoólicas. Parece, sentia prazer inefável em negociar: vender o mais caro e comprar o mais barato possível. Tratava a todos por "batricião", independente de idade ou de nacionalidade. Para concretizar um negócio, isto é, uma venda, era capaz de dar descontos desconcertantes para o comprador, e terminava a operação com o indefectível: "bã barato, bracoê, qu'ê cumbadre", num tom conciliado e conclusivo.

Chegava numa localidade com pequena maleta contendo objetos de uso pessoal, roupa de muda principalmente, e uma ou duas grandes malas, de couro ou de papelão prensado, recheadas de mercadorias as mais diversas: cortes de tecido, camisas e cuecas, lenços, meias, véus e grinaldas, estampas, baralhos, relógios, brincos, correntes e outras jóias, facas de cozinha, agulhas de coser, caixas de pó de arroz, sabonetes, enfim — de tecido, armarinho e miudezas — o que coubesse em mala de viagem e nos seus bolsos. Saía às ruas tangendo uma matraca, para anunciar sua presença na cidade.

Em resumo, era um homem de sangue árabe, afeito às agruras do meio, acostumado à aridez e inclemências do tempo e do deserto, com vivência e tradição entre a hostilidade deste e a fertilidade do vale do Eufrates, não seria o cerrado — em tudo o mais ameno de sua vida — que lhe importava temor. Buscava uma nova pátria. Tinha disposição de luta para encontrá-la, capacidade e alma para amar a nova terra, de querê-la para si e para sua descendência. Sabia-se capaz e com vontade de integrar-se na nova sociedade de novos patriotas, de ajudar, com ela colaborar nos seus esforços de grandeza, e isto tentaria e faria com as armas que lhe eram disponíveis: seus braços, sua disposição para

o trabalho. O que melhor sabia fazer? Mercadejar. Então, nisso empenhar-se-ia, iria contribuir para a circulação de mercadorias da e na nova pátria, que é o que faz a grandeza das nações.

Não sei ainda precisar quantos desses descendentes árabes emigraram para Goiás, mas posso assinalar que, quando o último soldado francês, em 1946, deixou o território do Líbano, ou antes, em 1941, quando a França declarou o Líbano nação independente, alguns desses homens e mulheres se descobriram libaneses. Daí, nestas notas, o duplo gentilício: sírio-libanês.

É o caso de Calixto Miguel Daher, pai do informante Said e avô do conhecido letrista e arquiteto Otavinho Daher, que o século XX encontrou já em Uberaba, Minas Gerais, ou de David Abdalla, pai do informante advogado Mauro Rassi e avô do saudoso médico humanitário Elia Helou Júnior, falecido em Goiânia.

Disse antes, só o trem de ferro poderia ter trazido para Goiás o mascate, quando deveria ter dito os sírio-libaneses. A primeira base de operação (digamos assim) desses descendentes árabes para invadir Goiás foi Uberaba. De lá, pela antiga Santa Rita (Itumbiara) alcançaram o sudoeste goiano, e de Caiapônia foi natural Alfredo Nasser. Com a ferrovia já em Araguari, Minas Gerais, passaram para essa cidade, daí chegando a Catalão e, por Corumbá e Morrinhos, de novo tiveram acesso ao sudoeste.

Na segunda década do século, mudaram sua base de operação para Ipameri, precisamente para Roncador, na margem esquerda do rio Corumbá, mas foi de Ipameri que subiram o planalto para atingir Luziânia, Corumbá, descer por Pirenópolis, Jaraguá e chegar a Goiás ou, passando por Santa Cruz, Bela Vista, Campinhas, Inhumas, Itauçu, Itaberaí e de novo desaguaram em Goiás, a ex-capital.

José Asmar, no artigo aqui já citado, caracterizou muito bem a ligação do trem de ferro com o movimento migratório sírio-libanês em Goiás: "E Abraão Jorge Asmar desembarca, vindo da ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, encalhada nas lonjuras de Bonfim. Traz um menino, Miguel, do Líbano, duas filhas (Saida e Adélia) de Ipameri, uma (Amélia) de Bonfim, últimos berços para o nômade que estaciona de modo a nunca mais sair. Perde, na infância, o primeiro rebento anapolino".

Enquanto escrevia, tentava descobrir em qual arraial, povoado, distrito ou cidade goiana não chegou nenhum sírio-libanês. Fixei, a princípio, Santa Cruz de Goiás. Já escolhida a

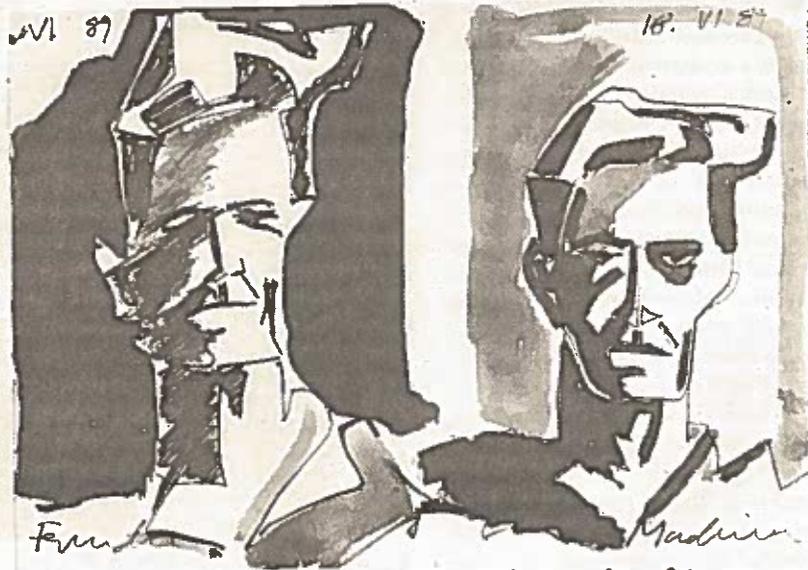
localidade, logo bati na testa. Não de há ver que, exatamente aí, meu tio paterno Orcesino Alves de Siqueira encontrou a senhorita Warda Abdalla e com ela se casou?

Como se percebe, os árabes invadiram Goiás, envolveram Goiás, que conquistaram sem derramamento de sangue.

ALGUNS PATRONÍMICOS E ALGUMAS CURIOSIDADES

A quase totalidade dessa gente de sangue árabe, que chegou a Goiás nas primeiras levas, era de analfabetos ou semi-analfabetizados, de pouca cultura, filhos de famílias classe média-baixa para menos. Poucos chegaram ao Brasil com alguma economia, com dinheiro nos bolsos, e houve mesmo quem, trazendo algum capital, sem ele ficou durante a viagem, feita de navio e que durava cerca de três meses.

David Abdalla, recém-casado, embarcou com destino ao Brasil acompanhado de sua jovem mulher, e em meio ao mar viu-se completamente com os bolsos vazios, sem um tostão para uma chávena de chá. Para sobreviver e alimentar a mulher, teve de vender parte do



enxoval do casal, mas não se deixou abater pelas dificuldades e, em 1908, encontrava-se em São Paulo. Em Araguari chegou em 1910. Aí comprou dois burros e partiu para Corumbá, Morrinhos etc., com suas malas abarrotadas de mercadorias, exercendo uma das mais antigas profissões: mercador ou, no vocabulário desta terra, mascate.

Já Calixto Miguel Daher, que viu o século XX chegar em Uberaba, mudou-se para Araguari em 1905 e, dez anos mais tarde, encontrava-se em Ipameri, onde montou "uma loja de certo relevo", como me disse seu filho Said Miguel Daher. Em Ipameri, tal qual aprendera com outros que o antecederam no Brasil, pôs em prática a solidariedade, aquela solidariedade peculiar a pessoas que, achando-se no estrangeiro, descobrem que são elas mesmas o estrangeiro. Então fornecia mercadorias a crédito ou em consignação a

compatriotas recém-chegados e lhes indicava que o futuro estava no rumo seguido pela ferrovia, mas ele mesmo, em 1925, retornou a São Paulo, para abrir uma grande ferragista. O seu filho, Said Miguel Daher, voltou para Goiás, casou-se com a escritora Nice Monteiro.

Sem dúvida, alguns regressaram a São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, como outros retornaram à pátria de origem. David Abdalla, não. Mudou-se para Goiandira e depois chegou em Roncador; já no comecinho da cidade fundada pelo Cel. Lino Teixeira de Sampaio, em 9 de novembro de 1922, adquiriu um lote, limpou o mato e construiu uma casa pequena, abrigo da família e das mercadorias. Mas... Quem sabe do minuto seguinte? Um descuido, e o fogo, atizado por alguém no mato em torno, atingiu a casa, consumiu tudo: os pertences da família e, o pior, o capital, tudo o que se acumulara em 15 anos de vida e lutas em terras brasileiras. Era 29 de junho, dia de São Pedro, e Marta, sua mulher, fez uma promessa até hoje cumprida por seus filhos e descendentes.

Não vencido nem abatido, David Abdalla contou a maquia

município de Pires do Rio, em 1930, entre os primeiros membros do Conselho Municipal (hoje, Câmara Municipal) figura seu nome. Auxiliaram, financeiramente, a construção de uma das antigas usinas elétricas da cidade, como auxiliaram a edificação do prédio da ex-filial do Instituto Granbery, cuja sede está em Juiz de Fora — o atual Colégio Estadual "Prof. Ivan Ferreira". Quem lá visita a matriz do Sagrado Coração de Jesus sente registradas as generosas contribuições de ambos, como as de outros.

E quando Elias Helou foi se encontrar com sua bela filha Sumaia — de grata e tão saudosa memória —, deixou viúva Rada Rassi Helou, pioneira de Pires do Rio, a quem muito deve a sociedade piresina, pelos relevantes serviços à comunidade local, e três filhos. Infelizmente, hoje, só uma filha sua ainda vive, mas vários netos perpetuam seu patronímico e o de seu sogro David Abdalla.

De Anápolis, José Asmar registrou: "Barbahan (Helou é crédito. Fala árabe, português, inglês e francês. Lê e esconde leitura, por modéstia." Esse Barbahan Helou, residiu por algum tempo em Pires do Rio, e era primo de Elias Helou. Então, pode-se concluir que os sírios-libaneses emigrados para Goiás provinham de diferentes classes sociais a níveis culturais diversos.

Seguindo o mesmo caminho percorrido por David Abdalla e Anísio Jorge, muitos sírio-libaneses aportaram em Pires do Rio. Uns adotaram a cidade como bom lugar para morar, berço dos filhos, para criar a família e mesmo guardar seus restos mortais. Outros, resolveram apostar em Vianópolis, Silvânia, Leopoldo de Bulhões e Anápolis, e outros ainda, talvez sob o impulso atávico das tribos nômades dos desertos, ou pelo fascínio de Goiânia, terminaram seus dias na capital goiana.

Sem fazer qualquer esforço de memória, posso alinhar os patronímicos sírio-libaneses aprendidos na meninice: Abalém, Abdalla, Amin, Abrão ou Abraão, Bittar, Bramili, Calil (um com c e outro com k), Calixto, Carcute, Cecílio, Cury, Dagher, David, Gebrin, Felício, Helou, Jorge, Koffes, Mansur, Nasar, Rahif, Rassi (um com duplo ss e outro com c & y), Skaf, Tahan, Yazige.

No artigo "Saga e folclore dos turcos de Anápolis", de José Asmar, foi-me possível levantar os seguintes patronímicos: Abdalla, Asmar, Badahuy, Beze, Cecílio, Chehab, Cury, El Hajj, Falluh, Hanna, Helou, Issa, Isac, Mansur, Chaibub, Michel, Nahoum, Quinam, Razen, Sabbag, Sahium, Salum, Squeff, Tomé e Tuma. De Catalão e Ipa-

meri, além dos Fayd e dos Daher, ainda e apenas de memória, registro: Cosac, Cecilio e outros, em Vianópolis os Rassi, dos quais, hoje em Goiânia e no Estado de Goiás, se destacam descendentes nos campos da medicina, da engenharia e na política.

É sabido que muitos patronímicos de origem européia, na Idade Média, se formaram, em regiões de línguas latinas ou neolatinas, pelo acréscimo de um sufixo ao nome do pai da criança batizada; em Portugal, o sufixo "es" (e & s). Assim, o Joaquim, filho do Álvaro foi chamado de Joaquim Álvares; o Manuel, filho do Rodrigo, recebeu o nome de Manuel Rodrigues; o José, filho do Fernando, ficou José Fernandes.

A tradição árabe — para distinguir o nome do filho do nome do pai — é muito mais antiga, surgida em tempo muito anterior à Idade Média. O filho recebia o nome do pai acrescido do "ibn" (i, b mudo, n), mas essa tradição não anotei entre os sírio-libaneses de Goiás. Uma outra, também antiquíssima, sim. Ainda na velha Síria, Abdalla Rassi deu ao filho o nome de David, que veio a ser o David Abdalla, emérito dadão em Pires do Rio. Neste caso, o nome do pai passa a patronímico do filho.

Anísio Jorge chegou em Pires do Rio em 1926, trazendo seu primogênito, com cinco anos de idade: Jorge Anísio (nele também a mudança do nome em patronímico), meu informante, que em seus filhos restaura o patronímico paterno, assim como David Abdalla fez com seus filhos: Rada e Mauro Rassi. Tenho anotado exceções determinadas pela vontade do pai: Seme (apelido familiar; significa sublime, elevado), registrado Elias Helou Júnior, conforme a convenção já tradicional no Brasil, e foi em Goiânia um pediatra de notável e eficiente professor universitário, em quem senti as qualidades de dedicação e humanismo, que o câncer levou "desta vida descontente", roubando eu de Camões o verso. Entretanto, até agora, não consegui registrar um único caso do uso do "ibn", mas de outros que despertam a curiosidade.

Em Pires do Rio vieram, sem que fossem filhos uns de outros, o David Abdalla e Abdalla David; o Abrão João Calil (Calil com c), de estatura baixa, sorridente e introvertido, tinha sua loja de frente do Abrão José kalil (Kalil com k), bem alto, extrovertido, barulhento. Mas o Jorge, filho de Dib Skaff, ficou com o nome de Jorge Dib Skaf. Anísio Jorge já residia em Pires do Rio para mais de 20 anos, e lá abriu loja na praça central da cidade, Anísio Jorge, diferenciando-se um do outro

apenas pela troca da letra "s", em Anísio, pela "z". Fui informado, porém, que o Anísio (com z) de fato era Aniz Jorge. Há outros casos, porém os aqui apresentados são suficientes à ilustração.

AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS SÍRIO-LIBANESAS

O Império Romano dominou militarmente a Grécia e esta subjugou culturalmente aquele, perdurando essa sujeição pelos séculos afora, desdobrando-se nos povos latinos ou neolatinos. Parece-me que o antiquíssimo feito já está se configurando e se repete em Goiás.

Em São Paulo, por exemplo, é fácil perceber a influência italiana em quase todos os aspectos sociais, inclusive a presença de expressões e locuções da língua de Dante no linguajar popular. No sul, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sente-se a influência — por lá muito saliente, dependendo da região de cada um desses estados — de italianos, poloneses e alemães. No Brasil inteiro, os termos emigrados para a língua pátria nissei e sansei designam, respectivamente, o filho e o neto de emigrantes japoneses. Entretanto, nem mesmo em Goiás, onde a maior colônia de estrangeiros até hoje é a sírio-libanesa, apareceu uma palavra, um neologismo designativo de filhos ou neto de seu genearcas.

Também pesquisador do Folclore, já tendo publicado Despontar da Goianidade, um estudo comparativo das manifestações folclóricas, goianas com as semelhantes de outras de localidades brasileiras, venho tentando determinar as contribuições sírio-libanesas nesse sensível e significativo ramo do conhecimento humano. Confesso: pelo menos até o presente, muito pouco consegui. Talvez isso se deva ao fato de os genearcas sírio-libaneses aqui em Goiás, sob o peso das dificuldades de comunicação e do meio, portanto da desconfiança, terem resistido a conceder suas filhas em casamento aos naturais, assim quebrando a natural corrente de transmissão de elementos folclóricos de uma para outra geração, ou do árabe para o brasileiro. Pessoalmente, considero normal essa desconfiança, emergente das profundas e substanciais diferenças de língua: na linguagem o homem e sua história.

Discreto e simples no trajar, mas com exceções, parece que os genearcas sírio-libaneses em Goiás tinham uma postura perante a vida muito parecida com a do bandeirante, como mostrado por Alcântara Machado no seu magnífico Vida e morte do bandeirante. A outros bens materiais, preferiam adquirir jóias, peças de ouro e pedras preciosas, para si, suas mu-

lheres e filhos. Isto, porém, não significava descuido com a casa de residência, o lar. Ao contrário, gostavam de casas boas e confortáveis, evidenciando isto o sobrado dos Fayad em Catalão, já indicado para tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico de Goiás, e várias casas e sobrados em Pires do Rio, que deveriam ser preservadas como espécimes arquitetônicos peculiares do período entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Em Anápolis e outras localidades tiveram o mesmo comportamento, com reflexos em Goiânia.

A impressão que tenho é que, por algum fator sociológico ou psicológico, os sírio-libaneses chegaram a Goiás com o desejo de ficar, mas também com poderosa vontade de integrar seus herdeiros e descendentes na sociedade que os recebera. Hoje em dia, quando economicamente ativa a terceira geração da gente de sangue árabe, e já estão aí as quarta e quinta gerações frequentando as escolas e, em algumas famílias, chegando a sexta geração, sente-se que nos usos e costumes, a cultura árabe não é tão evidente na sociedade goiana como a italiana



Fernando Madeira

é na paulista, por exemplo. Se os genearcas sírio-libaneses preferiam o comércio, principalmente os ramos de tecido, armarinho e calçados ou operarem cerealistas, e uns poucos se dedicaram à industrial, na atualidade goiana vemos seus herdeiros e descendentes ativos e atuantes em todos os setores das atividades humanas.

Parece que os genearcas sírio-libaneses não quiseram deixar, pelo menos em Goiás, os seus usos e costumes, seus contos tradicionais (os de origem árabe aqui chegaram através de livros, traduzidos por expressivos nomes das letras nacionais); suas danças e instrumentos musicos etc. Nada disso faz parte dos usos e costumes goianos, nenhum deles se registra no folclore regional. Entretanto, deixaram traços profundos na cultura goiana, para não dizer na nacional.

No anedotário brasileiro, o

"turco" está presente. É o sabido, o esperto, capaz de enganar o roceiro, sempre levando a melhor. Ao contrário do português, eterna vítima, constantemente enganado pelo caipira. A propósito, Augusta de Faro Fleury Curado, no seu diário de 1896 — Uma viagem a Goiás —, anotou em Araguari, 29 de agosto: "Aí presenciei cena original, que não quero deixar de contar. O vendelhão, velho português, barrigudo, assentado à califourchon sobre o balcão; a um canto, de côcoras, um caipira de olhar velhaco, magro, chapéu de palha, examinava um rolo de fumo. — Oncê me diga cá uma coisa: esse fumo é de Guaiáz ou de Minas? — De Goiás, stá bisto, homem! — Vamo negociá ele? Quanto dá por um metro! — Não bendo metro; ou vai o rolo, ou nada. — Quál vai por dois tustão e 12 ovos, serve? — Bem, bamos com isso! — O caipira piscava os olhos, ri-se e do rolo ia fazendo um cigarro, que acendeu, e, montando a cavalo, partiu dizendo: — Até às vistas... O português ficou com uma cara! Foi tolo."

Para salientar o contraste, conto uma ouvida ao tempo de

minha meninice em Pires do Rio.

Depois de muita peleja, o "turco" conseguiu vender uma calça a um roceiro, sob a garantia de que jamais ela iria encolher. Solicito com o cliente, facilitou-lhe trocar a peça de roupa ali mesmo na loja. O roceiro saiu para umas voltas pela cidade e, advindo a tarde, foi colhido por uma chuva, que o molhou inteiro à falta de um abrigo. Molhada, a calça se encolheu, subindo tanto a barra a deixar nuas as canelas do caipira. Indignado, foi tirar satisfação com o "turco". Este, ao ver chegar o freguês enganado, gritou logo: — Cumbadre, como cê cresceu!

Outra marca profunda, que se assinala e anota, está na comida — os pratos que passaram da mesa árabe para a brasileira ou para a goiana. Desde o simples azeite com pitada de sal em que se molha pão francês ao pão

sírio e ariche. O quibe-cru, assado, enrolado ou achatado (forma de disco) e frito — de há muito concorrem com a macaronada italiana e o franguinho domingueiro — tão tradição Brasil interior — e que o brasileiro enrola em ovo cozido antes de fritar ou acrescenta fatias de queijo roceiro, em camadas alternadas, para levar ao forno; O tabule, trigo cortado e inchado em água misturado com pepinos e tomates picados, servido com folhas de alface (para fazer trouxinhas e levar à boca), hoje elemento do trivial diário de muitas mesas tradicionais goianas. Como o malfufe, o charuto (arroz e carne moída enrolados em folha de parreira ou de repolho); mijadra (arroz com lentilha com cobertura de fatias de cebola douradas), na versão brasileira o baião-de-dois (arroz com feijão); esfiha e kafca (carne moída, prensada no espeto e assada) tão comuns nos bares e lanchonetes; o mixui, que nada mais é do que o espetinho, churrasquinho ou churrasqueto, e o aluá (não confundir com a bebida do mesmo nome), o haleua (delicioso), o hallum (lembra gelatina), a aletria e outros doces, principalmente de gergelin, para ficar só nesses acepipes e não delongar mais estas notas. Porém, sem esquecer que a prosaica almôndega, emigrada da mesa portuguesa para a brasileira, a antiga alboudega do século XVI, de tempos anteriores designada al-búndaqa, nada mais é que um dos legados árabe aos dois povos.

Nestes dias correntes, em que os sírio-libaneses já não são tão rijos na escolha de seus genros e noras — outrora só podiam ser "batriços" — e que normal e frequente o casamento entre filhos de brasileiros e árabes, percebe-se nitidamente que a gente árabe já se integrou na sociedade que a acolheu, embora mantendo certas características físicas da raça, quer pelo seu lado fenício, quer pela origem beduína.

Como os romanos, que se deixaram dominar culturalmente pelos gregos, em Goiás os sírio-libaneses, a rigor, anularam sua cultura, deixaram-se dominar pela cultura regional, assim como quem chega pra ficar. Fica e se integra à sociedade que o adotou.

Para terminar, levanto aqui nova questão: Não terá sido facilitada essa integração social por alguma de nossas heranças portuguesas? Afinal, 80% ou mais das famílias goianas têm genearcas de origem portuguesa, povo da península ibérica por muitos e muitos anos dominado pela gente árabe.

*Jacy Siqueira é poeta, ensaísta e historiador. Endereço para correspondência: Rua 5 Nº 605 Aptº 204 Setor Oeste — Goiânia-GO.

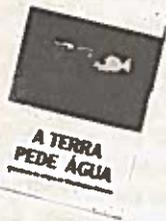
RESENHA

RESENHA

RESENHA

A TERRA PEDE ÁGUA

Washington Novaes — Coletânea de artigos em que o autor, jornalista de renome nacional, radicado no Planalto Central, discorre sobre diversos temas ambientais, escritos em torno da ECO — 92 e que lhe valeram o Prêmio ESSO de jornalismo, 1992, em Ecologia. Ed. Sematec, Brasília, 1992, 95 págs.



O SAPATO ALTO E A PAZ MUNDIAL

por Márcio Cotrim — conhecido cronista de Brasília, com várias obras publicadas, ex-Secretário de Cultura do DF, Márcio Cotrim traz-nos neste livro 62 crônicas de última geração, abrangendo vasta gama de assuntos, com ênfase nos brasileiros. Plural Editora, Brasília, 1992 — 210 págs.



ABRA A BOCA E CALE O BICO

— Por Alexandre Mascarenhas. São dez contos ligeiros, ambientados em Brasília e na região. O autor, Alexandre Mascarenhas, graduou-se em jornalismo pela UnB, tendo escrito para os jornais da cidade e passado pelo teatro infantil e pela publicação de um livro de poesias. THESAURUS, Brasília, 1992, 80 páginas e ilustrações.



REVISTA DA ACADEMIA GOIANA DE LETRAS 13 DEZ 1992

— Trata-se de uma edição comemorativa dos centenários de nascimento da poetisa Cora Coralina e dos polígrafos goianos Antônio Americano do Brasil e Zoroastro Artiga. A AGL é composta por 40 membros, sob a presidência do escritor José Mendonça Teles. Ed. Kelps, 1992 — Goiânia — 96 págs.



PROFUGUS

Poemas — por Miguel Jorge. Contista, romancista, novelista, o consagrado escritor goiano Miguel Jorge surge com este livro de poemas ricamente ilustrado, Prêmio Hugo de Carvalho Ramos, de 1989. Consta de 41 poemas, apresentados por Oswaldinho Marques e Carlos Nejar. Ed. O Popular, Goiânia — 188 págs.



TÉTRICA SOLIDÃO OU SINFONIA DA DOR OU MARTÍRIO ATROZ

— por Sirlei Maria Davi — Neste livro de poesias, contos e crônicas, a escritora gaúcha, ganhadora de diversos prêmios literários em seu estado, apresenta quase uma centena de trabalhos de diversas temáticas. Coleção Cecília Meireles, Porto Alegre, 1992, 116 págs.



A ESCRITA E O ALFABETO: DA ORIGEM AOS NOSSOS DIAS

por Idelbrando David de Souza — Interessante compêndio sobre a história da escrita e do alfabeto, bem como sobre a formação da língua portuguesa. A obra é densamente ilustrada e em apêndice contém boas informações sobre temas como taquigrafia, alfabeto Morse, esperanto e outros.

O autor, que é presidente da Academia Taguatinguense de Letras tem outros livros publicados.



O Morto no Elevador

Menezes Y Moraes

Ninguém sabia porque aquilo estava se tornando tão difícil. O morto ficou enorme dentro do elevador, de repente; que tamanho tinha o morto? Todo mundo fazia força mas ninguém conseguia mover a tampa, sequer um trisco e o morto crescia a cada minuto, numa ponta de inchaço e mistério, "assombroso, aquilo — pensou — por que somente agora o morto continua crescendo, inchando?". Por via das dúvidas, conseguiram abrir os olhos do morto — apesar dos protestos de alguns — e os olhos pareciam vivos, a boca quase falar.

A essas alturas, o caos fora institucionalizado em todo edifício e as reclamações saíam de outros andares, onde ninguém sabia ainda do fato e todos insistiam em apertar o botãozinho do elevador, um homem pediu licença, mas precisava pedir aos moradores que tivessem um pouco mais de solidariedade humana e usassem o elevador de serviço; aquele era impossível, com aquele morto dentro dele. Inchando cada vez mais ocupando espaço, que coisa mais desagradável para a cidade e o morto continua crescendo. Aquela altura não era mais possível guardar segredo.

Um dos presentes teve a brilhante idéia de telefonar para Sua Santidade, o Papa, para que viesse benzer aquele ente, extraterreno — só pode! — pois ninguém nunca viu cristão algum crescer, inchar nesse estado, depois de morto, "inchando, quebrando o caixão?". O funcionário do Vaticano bebeu o espanto, na distância da linha, e informou que Sua Santidade, o Papa, naquele minuto estava no banheiro ocupado com seus afazeres físicos, pessoais e intransferíveis.

Coitado do morto, crescendo, enorme, não tinha mais espaço no elevador, a tragédia durava já cinco horas, telefonaram para a imprensa, a imprensa chegou, o morto ia dar uma entrevista coletiva. "Eu sou o meio, o começo. e o fim", era a voz do morto, todos juram, o teipe confirma e a vizinha do andar de cima perguntou como o morto se chamava, "sabe como é, ele morava ali, há quase 15 anos, mas sabem como é, a gente quase não se vê, não há tempo, somos consumidos pela agitação da vida, do corre-corre..." a madame se desculpava.

Quando abriram a tampa do caixão pela segunda vez, o morto deu uma gargalhada muito forte (saiu no fantástico, aquele show), foi uma gargalhada vermelha (comentários contidos no editorial). "que mexessem naquilo via repartição pública onde uma ou duas pessoas escolhem todos", dizia o morto, para maior espanto de todos. "Também não é possível deixar o pobre morto nesse ambiente apertado", observação de uma senhora, à direita. Outra do andar de baixo achegou-se à porta do elevador, esticou o pescoço e informou a todos com seu jeito urbano que o passatempo do morto, enquanto ser vivo, era brincar na praia, construindo castelos de areia. "Outras vezes, ele andava em meio às cavernas, escondido em seu

periscópio", lembrou-se por fim todos riram.

E o tempo era uma forte zuada, brabo cogumelo atômico, tônico, cabeça quebrada, jogo de xadrez. Depois, ninguém lhe deu audiência a única solução encontrada pelas autoridades foi a de que o povo espiasse o espetáculo da casa-alfa-coliseu programado e computado pela alfa-maior-constelação. Tudo seria retransmitido ao vivo, para todo país, via Embratel, garantiram porta vozes, re-presentando sua excelência, el gobierno e chegou a hora da grande cadeia nacional da integração, ao vivo, diretamente do elevador, onde o morto continuava inchando.

Nos motéis, os amantes deram um tempo (que ninguém é de ferro), o general maior interrompeu uma inauguração importante o trânsito pirou o povo na praça assistindo televisão. Fato consumado: aquilo ocuparia o espaço nas conversas nacionais pelo menos por uns 20 dias e isso era bom, porque ninguém falava nem da política nem da economia, aliás em estado crítico, sitiadas e os olhos se abriram diante as filmagens do inexplicável crescimento do morto". A política é assim, uma discussão ociosa", dizia o morto e as pessoas exclamaram sentinela vela acesa procissão: o morto está santificado. Um repórter já tinha todo o perfil do morto.

— Comia enlatados bebia engarrafados tinha toda uma vida de firma reconhecida...

Os colunistas políticos concluíram que o consumidor da era assim supermercados templos do consumo tem o poder milagroso de voltar à vida depois da morte. O morto falou que "todos nós somos matéria da dúvida".

Aquele era o andar certo, as senhoras e os senhores bem vestidos foram deixando o elevador — décimo sexto andar — limpo e estreito, lado a lado, marchando um dois, um dois.. números, olhares, até chegaram ao consultório, onde lia-se a inscrição: "O homem só é pleno em sua loucura". Entraram e a secretária pediu com simpatia "favor sentar" e os olhos de todos percorriam com avidez a leitura de mais cartazes, como "somos aqueles que nos levantamos da cama todos os dias", mas ai já foi o psiquiatra, com seu sorriso de sete bocas, onde 365 dentes apontavam o beijo louco da morte.

Todos juram que viram a marquinha discreta do baton lilás, trocam beijos, como se o homem fosse um deus de outra galáxia morta, que viera salvar a tudo e a todos no planeta instante Terra. O psiquiatra agradeceu, ele sabia que aquilo tudo era ilusão de aquarius; os peixes, o câncer apodrecido na ferida vida sete mil matérias. Todos tiraram seus cartões de perguntas ao computar e fizeram um círculo para uma análise da resposta: "Somos a matéria do absurdo, cagamos todo dia ipisilon ditaduras".

* Menezes Y Moraes é poeta e contista, presidente do Sindicato de Escritores do DF. Endereço para correspondência: SQN 116, Bl. H. Ap. 618. 70.773 — Brasília, D.F.

POEMAS

POEMAS

POEMAS

POEMAS

POEMAS

POEMAS

Sirlei Maria Davi

Cecília e eu

Vou ficar de boca fechada
como há tanto tenho estado,
sempre que a abro é um desastre,
o coração fica magoado.

Sem maldade é que eu falo,
mas as pessoas deturpam tudo,
então, me enclausuro, me calo,
que pensem que sou um mudo.

Dói a alma, chora o peito,
dá uma tristeza esquisita,
sem saber o que tenha feito,
a mágoa cresce, palpita.

Sinto-me só, incompreendida,
aí lembro de Cecília Meirelles:
“...projeto-me num abraço
e gero uma despedida.
Que minha investida congele,
que se entrave o meu passo,
o que faço
é permanecer escondida”.

* Sirlei Maria Davi é poetisa com
diversos livros publicados.
Endereço: Rua Riachuelo 1521, ap.
102
90.010-271 — Porto Alegre — R.S.

Marcos Vinícius Moura

Mensagem urgente

Nestes versos de infindável afeto,
O teu corpo branco, de pêlos claros,
É como este papel onde imprimo e projeto
As nossas compensações que valem ouro,
instantes raros.

Com um impulso de amadurecido sentimento,
redijo
Símbolos de afinidade, em uma escrita,
Que registra a tua sensual beleza, e me dirijo
ao íntimo que me entregas irrestrita.

O espaço que me cedez, cativa,
Não é uma simples folha de papel em que, de
permeio,
Uso a expressão nesta mensagem, na expectati-
va
De em breve nos encontrarmos, pois te anseio.

Um homem e uma mulher

A afeição que se propaga
Em ambos os seres, torna imune
A vida que envelhece a todo instante, e não se
apaga,
Pois a chama indiferente arde, e cada vez mais
une.

Na proporção em que se incute o desejo,
Saciado ao atingir o ângulo inquieto,
Adoçado no enlace com os beijos,
Que se espalham nos corpos com sutil afeto.

E toda a força deste entrosamento esmaga
A angústia de um mundo amargo,
Na liberdade o amor se afaga,
Se alimentando com o gesto largo.

João Carlos Mauger

Reflexo

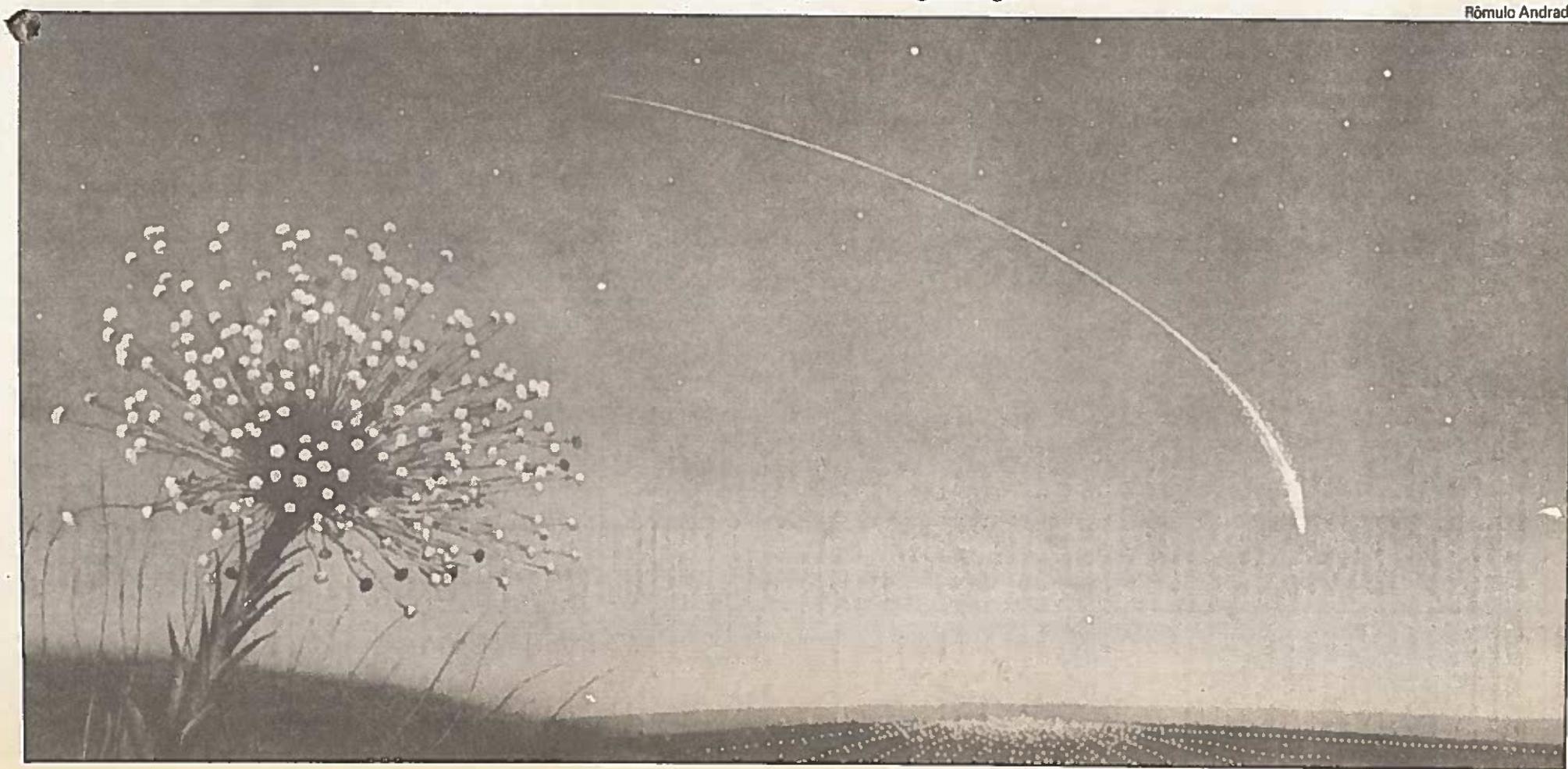
Narciso contemplou seu belo reflexo
nas águas do rio
e apaixonou-se perdidamente pela
sua imagem.

Eu olhei mais fundo,
para além do reflexo
e vi peixes, pedras esculpidas pelo
tempo,
flores multicores, cristais d'água
e o reflexo azul do céu,
tudo parte de mim.

Me apaixonei perdidamente pelo
ser que contemplei.

* J.C. Mauger é tradutor e poeta
Endereço para correspondência: SQS
305, Bl. D, ap. 304 70.352 —
Brasília, DF.

Rômulo Andrade



CASSIANO NUNES

Hotel Mathias: uma estrela

O Hotel Mathias
tinha só uma estrela.
Uma única estrela.
Estrela solitária.

Transluzia
nas ruas escuras
de Santa Ifigênia,
em que eu me perdia.

No entanto,
para mim era bastante
essa estrela singular.

Inspirava, exclusiva,
a minha solidão.

Ela iluminava, ímpar,
o meu quarto de solteiro,
pobre como o de Van Gogh.

Endereço para correspondência:
W-3 Sul, Q. 711, Bl. E, Casa 27
70.361-050 — Brasília, D.F.

Fernando Madeira



MARIA FÉLIX Lua Negra

Não quero dominar-te
mundo real
como a matéria em
minhas mãos
Há sombra em
tua paisagem
É a solidão humana

Fazer-te um diamante?

Avança
fim de século
Avança
Depois dessa lua negra
centenária
haverá claridade

América
minha América
contemporânea
Como lapidar-te
pedra bruta?

Maria Félix Fontele é jornalista e poeta.
SQS 306, Bloco F, Ap. 402
Brasília, D.F.